

ESTUDO DAS CONDIÇÕES PARA INSERÇÃO DO
AGRICULTOR FAMILIAR NO MERCADO: ALTERNATIVA DE
SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA AMBIENTAL NO
MUNICÍPIO DE OURO PRETO – MG

Marilene Vasconcelos de Melo

“ESTUDO DAS CONDIÇÕES PARA INSERÇÃO DO
AGRICULTOR FAMILIAR NO MERCADO: ALTERNATIVA DE
SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA AMBIENTAL NO
MUNICÍPIO DE OURO PRETO – MG”

Orientador

Prof. Dr. Geraldo de Souza Ferreira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental, da Universidade Federal de Ouro Preto, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título: “Mestre em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental”

OURO PRETO, MG

2014

M528e

Melo, Marilene Vasconcelos de.

Estudo das condições para inserção do agricultor familiar no mercado [manuscrito]: alternativa de sustentabilidade socioeconômica ambiental no município de Ouro Preto, MG / Marilene Vasconcelos de Melo. – 2014. 79f.: il., color.; grafs.; tab.; anexos.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo de Souza Ferreira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Núcleo de Pesquisas e Pós-graduação em Recursos Hídricos. Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental.

1. Agricultura familiar – Teses. 2. Desenvolvimento local – Teses. 3. Agricultura sustentável – Teses. 4. Merenda escolar – Teses. II. Ferreira, Geraldo de Souza. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU: 502.15:642.2:37

Catálogo: sisbin@sisbin.ufop.br

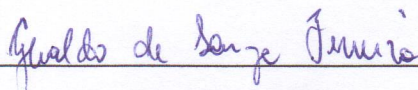
Universidade Federal de Ouro Preto

Mestrado em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental

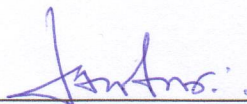
**ESTUDO DAS CONDIÇÕES PARA INSERÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR
NO MERCADO: ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA
AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE OURO PRETO, MG**

MARILENE VASCONCELOS DE MELO


Dissertação defendida e aprovada, em 27 de junho de 2014, pela banca examinadora constituída pelos seguintes membros:



Prof. Dr. Geraldo de Souza Ferreira
Universidade Federal Fluminense



Prof. Dr. Danton Heleno Gameiro
Universidade Federal de Ouro Preto



Prof. Dr. Luciano Miguel Moreira dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – *campus* Ouro Preto

“Devemos aprender a viver simplesmente, para que os outros possam simplesmente viver”.

Dom Luciano Mendes de Almeida

“A Carta da Terra parte de uma visão integradora e holística. Considera a pobreza, a degradação ambiental, a injustiça social, os conflitos étnicos, a paz, a democracia, a ética e a crise espiritual como problemas interdependentes que demandam soluções includentes. Ela representa um grito de urgência face as ameaças que pesam, sobre a biosfera e o projeto planetário humano. Significa também um libelo em favor da esperança de um futuro comum da Terra e Humanidade.”

Leonardo Boff

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus.

Agradeço, com todo amor e carinho, ao meu filho Daniel, fonte de inspiração e esperança, por acreditar que muito fará por uma sociedade mais inclusiva.

Agradeço aos meus pais, pelo exemplo de vida, amor e tantos ensinamentos.

Agradeço ao meu esposo Cássio, pelo incentivo, colaboração e apoio.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Geraldo, por me aceitar como orientanda e por toda paciência e atenção. E ao Prof. Danton, pela acolhida, orientação e apoio.

Agradeço aos professores do Programa Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental que deixaram uma marca única durante as disciplinas, Prof. Flávio Cassino e Prof. Alberto Fonseca.

Agradeço à nutricionista Luciana Marques, de CECANE/UFOP, pelas valiosas palavras. E à Prof.^a Maria Auxiliadora Santi, pela torcida neste momento especial.

Agradeço à UFOP, pela oportunidade de conclusão deste trabalho.

Agradeço aos meus amigos e à equipe do SISBIN pela cooperação e apoio.

Agradeço à Prof. Elinor, pelo excelente trabalho de revisão do português.

Agradeço a todos que, de alguma forma, me apoiaram e incentivaram, acreditando em mim.

Por fim, agradeço ao Universo por ter concorrido a meu favor.

RESUMO

A segurança nacional depende de uma agricultura sadia e sustentável (LUTZENBERGER, 2001). Assim, são muitos os pontos a serem analisados quando o assunto é agricultura sustentável. Realizou-se uma pesquisa na zona rural de Ouro Preto, MG, com o objetivo de conhecer como se dá a produção agrícola do município, as condições de vida do trabalhador rural, o potencial dos produtores e quais são as possibilidades de comercialização da produção. Buscou-se identificar pontos que dificultam a participação do produtor no mercado institucional da merenda escolar e manutenção do agricultor no campo, com qualidade de vida e futuro garantidos. Nas Escolas Estaduais de Ensino buscou-se conhecer como se dá a compra de gêneros da agricultura familiar através do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE; a demanda por esses gêneros e a aceitação pela comunidade escolar no consumo desses alimentos. A coleta de dados foi feita através de entrevistas semi-estruturadas, acompanhada de questionário estruturado. Os dados obtidos com as entrevistas mostra que a demanda é bem maior do que a oferta de gêneros. Conclui-se que é necessário tratar a agricultura familiar como empreendimento economicamente viável. Assegurar que os programas de financiamento da agricultura familiar cheguem ao pequeno produtor; aumentar a eficiência e a eficácia das políticas públicas governamentais voltadas para o desenvolvimento agrário e apoio financeiro as atividades agropecuárias e agroindustriais. Levar os agricultores familiares a aumentar a capacidade de organização e associativismo. Necessita-se promover a integração entre a comunidade científica, os formuladores de políticas públicas e os produtores rurais, promovendo o desenvolvimento local. Por tratar-se de uma cidade histórica, patrimônio mundial da humanidade, há um estancamento do processo de urbanização da sede do município de Ouro Preto (MG) fator motivador para se criar condições de subsistência da população em seus respectivos distritos.

Palavras-chave: Agricultura Sustentável, Desenvolvimento local, Agricultura Familiar e Merenda escolar

ABSTRACT

National security depends on a sound and sustainable agriculture (LUTZENBERGER, 2001). Thus, there are many points to be considered when it comes to sustainable agriculture. In the present study we carried out a survey in rural Ouro Preto, MG in order to know how is the agricultural production of the county, the living conditions of rural workers, potential producers and what are the opportunities for marketing production; identify. Identify points that hinder participation by the producer in the institutional market school lunch; map and identify activities that guarantee income with maintenance conditions of the farmer in the field, quality of life and secured future. In State Schools of Education aimed to investigate how is the purchase of genres from family farmers through the National School Feeding Programme - PNAE; the demand for these genres and acceptance by the school community in these foods. Data collection was done through semi-structured interviews followed a structured questionnaire. The data obtained from the interviews show that demand is far greater than the supply of genres. We conclude that it is necessary to. Treat as family farming economically viable enterprise; ensure that the funding programs of family farming reach the small farmer; increase the efficiency and effectiveness of government policies, focused on agricultural development and financial support to agricultural and agro-industrial activities. Lead farmers to increase organizational capacity and partnerships. It is necessary to promote integration between the scientific community, policy makers and farmers, leading to local development. Because it is a historical city, world heritage site, there is a stagnation of the urbanization of the town of Ouro Preto (MG) motivator to create livelihoods of the population in their respective districts factor.

Keywords: Sustainable Agriculture, Local Development and Family Agriculture School Lunch

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

DAP – Declaração de Aptidão do Pronaf

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PEI - Parque Estadual do Itacolomi

PIB - Produto Interno Bruto

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROETI - Projeto de Tempo Integral

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Lavoura Temporária Ouro Preto, MG - IBGE, 2009

Tabela 2.2 - População Residente por Faixa Etária e Sexo Ouro Preto - IBGE, 2009

Tabela 2.3 - População Residente na Zona Rural por Faixa Etária Ouro Preto - IBGE, 2009

Tabela 2.4 - Mulheres residentes na Zona Rural por faixa Etária Ouro Preto - IBGE, 2009

Tabela 2.5 - Homens residentes na Zona Rural por faixa Etária Ouro Preto - IBGE, 2009

Tabela 4.6 – População dos Distritos, IBGE, 2007

Tabela 4.7 – Número de alunos atendidos pelo PNAE

Tabela 4.8 - Total de Produtos da Agricultura Familiar à ser entregue por Escola Estadual de agosto a dezembro de 2013

Tabela 4.9 - Demanda de gêneros das Escolas Estaduais não atendida pela Agricultura Familiar

Tabela 4.10 - Valor recebido por cada Escola, valores gastos com a compra do Agricultor Familiar

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Valor Interno Bruto (Valor Adicionado) - Ouro Preto/MG - IBGE 2009

LISTA DE MAPAS

Mapa I - Município de Ouro Preto (MG) com os Distritos

LISTA DE ANEXOS

Questionário I - Questionário usado na pesquisa de campo

Questionário II - Produtores que fornecem alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Questionário III - Diretores das escolas que compram do Agricultor Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1. Objetivos	15
1.1.1. <i>Objetivo Geral</i>	15
1.1.2. <i>Objetivos Específicos</i>	15
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
2.1. Agricultura e Sustentabilidade	16
2.2. Agricultura e Comunidades Locais	18
2.3. Agricultura Familiar	20
2.4. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil	23
2.5. O Enfoque Agroecológico do Desenvolvimento Rural Sustentável	23
2.6. Programa Nacional de Alimentação Escolar	24
2.6.1. <i>O Programa Nacional de Alimentação Escolar Brasileiro como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável</i>	25
2.6.2. <i>Soberania Alimentar</i>	27
2.7. O Município de Ouro Preto	27
2.8. A Ocupação Camponesa na Perspectiva Histórica	28
2.9. A Estrutura Agrária do Município de Ouro Preto	30
2.9.1. <i>Instituições de apoio ao trabalhador rural em Ouro Preto</i>	33
2.10. Aspectos Socioeconômicos do Município de Ouro Preto	35
3. PESQUISA DO TRABALHO DE CAMPO	37
3.1. Abordagem	38
3.2. Classificação da Pesquisa	38
3.3. Técnicas e Coletas de Dados	39
3.4. Técnica da Análise dos Dados	40
4. RESULTADO E DISCUSSÃO	40
4.1. Condições da Agricultura no Município de Ouro Preto	44
4.2. Distritos de Ouro Preto	45
4.3. Aspectos Socioeconômicos do Município	51
4.4. Dados da Segunda Etapa de Entrevistas aos Produtores	52
4.5. Terceira Etapa de Entrevistas feita aos Diretores das Escolas	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
6. RECOMENDAÇÕES PARA FUTUROS TRABALHOS	61
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXOS	68-70

1. Introdução

As políticas públicas devem atuar na superação do atual contexto de crise econômica e exclusão social. Assim, este estudo aborda o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), políticas que visam a garantir aos pequenos produtores rurais meios de sustentar-se trabalhando no campo.

Para que a agricultura familiar seja eficiente, uma premissa é que seja um processo autossustentável, que utilize métodos e tecnologias adequados e que se consolide como um sistema de produção capaz de, principalmente, gerar renda e manter os agricultores no campo (NOGUEIRA, 2009).

Destaca-se que a consolidação de um sistema produtivo que assegure a permanência do homem no meio rural, evitando a migração para a cidade, é determinante para que o alcance de políticas públicas dirigidas especificamente à agricultura desempenhe seu papel, garantido melhor distribuição de renda e inclusão social.

O desenvolvimento social, o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento ambiental e o desenvolvimento cultural devem estar interligados, gerando emprego e renda em harmonia com o meio ambiente. Integrando as sociedades humanas e as atividades com a natureza e respeitando a diversidade cultural e os diferentes modelos de desenvolvimento econômico, pode-se alcançar o tão esperado desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a valorização da agricultura familiar, associada ao manejo integrado do meio ambiente, é uma alternativa promissora que pode equacionar muitos dos problemas atuais. Existe grande diversidade social dos pequenos estabelecimentos rurais mantidos por famílias. Portanto promover políticas que reduzem a pobreza e difundem o progresso social pode garantir a sustentabilidade.

A segurança nacional depende de uma agricultura sadia e sustentável (LUTZENBERGER, 2001). São muitos os pontos a serem analisados quando o assunto é agricultura sustentável. Mas é necessário conhecer como se dá a produção agrícola bem como as condições de vida do trabalhador rural e as possibilidades de comercialização de seus produtos.

O que significa compatibilizar desenvolvimento com qualidade de vida? Sob o aspecto ecológico, é preciso integrar economia e desenvolvimento. E gerar emprego e renda sem aumentar o crescimento desordenado das cidades. Portanto, se o desenvolvimento não for sustentável, não haverá desenvolvimento, apenas crescimento.

Para que a agricultura familiar alcance o patamar de desenvolvimento autossustentável, uma das condições é que utilize métodos e tecnologias adequados e se consolide cada vez mais como um sistema de produção capaz de, principalmente, gerar renda e manter os agricultores no campo. Mas, para que seja próspera em longo prazo, é necessário que se façam ajustes.

Ao buscar a consolidação desse sistema produtivo, é fundamental que políticas públicas voltadas especificamente ao agricultor familiar cumpram sua função e garantam a venda dos produtos por preço justo. Assim, a inserção no mercado institucional da alimentação escolar representa ganhos para o pequeno agricultor, impactando no desenvolvimento local.

Este estudo trata de agricultores familiares do Município de Ouro Preto, em Minas Gerais, produtores que conseguiram se organizar para atender à demanda do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), beneficiando-se da venda direta de seus produtos a escolas municipais e estaduais.

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Buscar o entendimento sobre a produção agrícola do Município de Ouro Preto, o potencial dos pequenos produtores e como eles se beneficiam com as novas possibilidades de comercializar a produção.

1.2 Objetivos Específicos

1. Mapear e identificar atividades que garantam renda, com condições de manutenção do agricultor no campo, com qualidade de vida e futuro garantidos;
2. Conhecer o papel de instituições e associações de apoio aos produtores rurais, segmento social com carência por melhorias na cadeia de produção;
3. Avaliar se as dimensões socioculturais, ambientais e políticas do desenvolvimento rural local são capazes de gerar melhoria na qualidade de vida de produtores da agricultura familiar do Município de Ouro Preto.

2. Revisão Bibliográfica

2.1 Agricultura e sustentabilidade

Nos debates sobre sustentabilidade, os itens produção de alimentos, geração de renda e conservação de meio ambiente sempre estão presentes, apontando inevitavelmente para a agricultura e suas condições de produção (LE MOAL, 2013).

A agricultura sustentável deve contemplar portanto três dimensões: prudência ecológica, viabilidade econômica e justiça social.

De acordo com Ehlers (1999, p. 103) as diversas definições existentes para agricultura sustentável incorporam os seguintes aspectos: manutenção ao longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; o mínimo de impactos adversos ao ambiente; retorno adequado aos produtores (se não for rentável não é sustentável); otimização da produção das culturas com o mínimo de insumos e o atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

Minimizar os impactos ambientais nas práticas agrícolas, produzir alimentos saudáveis, livres de agrotóxicos, garantir renda, educação, cultura e saúde à população que está à margem da sociedade constitui preocupação de governos e sociedade civil organizada.

As relações de produção e o sistema natural não podem ocorrer indefinidamente, Cavalcante (2010) lembra que existem limites impostos pelos ecossistemas que afetam essa relação, como a extração de recursos naturais e a obtenção de energia necessária para a produção dos bens de consumo. Além disso, existem limites na capacidade dos ecossistemas de absorver os resíduos gerados pelo sistema econômico.

A crescente percepção de que o sistema ecológico de sustentação da vida encontra-se cada vez mais ameaçado, constitui, devesas, o ponto de partida da reflexão que deu origem formal à economia ecológica. Há um enfrentamento constante entre natureza e sociedade, meio ambiente e economia, com incertezas, percalços, urgências e novas fronteiras. (CAVALCANTE, 2010, 61).

Existe a agricultura que cresce e produz itens para exportação, como soja, milho, algodão e cana: é o agronegócio. Mas há uma agricultura relegada a terceiro plano, que produz itens que as famílias consomem diariamente, como arroz, feijão, tomate, cebola, batata, hortaliças etc. A primeira tem destaque amplo, mas a segunda tem peso local grande: são itens que as famílias compram e consomem diariamente.

Na década de 90, em pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi feito um estudo com o objetivo principal de estabelecer diretrizes para um “modelo de desenvolvimento sustentável”. Escolheu-se como forma de classificar os estabelecimentos agropecuários brasileiros a aplicação de dois modelos: “patronal” e “familiar”. O primeiro modelo teria como características a completa separação entre gestão e trabalho, a organização descentralizada e a ênfase na especialização. O segundo modelo teria como característica a relação íntima entre trabalho e gestão, a direção do processo produtivo conduzido pelos proprietários, a ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, a utilização do trabalho assalariado em caráter complementar e a tomada de decisões imediatas, ligadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo (FAO/INCRA, 1994).

Práticas agrícolas sustentáveis que utilizam os conhecimentos locais são mais eficientes por possibilitar o desenvolvimento econômico local, com sistemas de produção ecologicamente recomendados.

A agricultura sustentável é orientada pelo conhecimento local e por técnicas de conservação de recursos, fazendo melhor uso dos bens e serviços oferecidos pela natureza, sem danificá-la. Investir nas capacidades dos pequenos agricultores de adotar práticas sustentáveis irá ajudar a garantir maiores lavouras e rendimentos, promovendo também o consumo de alimentos locais e o melhor aproveitamento de recursos (ALTANGEREL, 2010).

Os recursos naturais sempre estiveram presentes nas discussões sobre atividades produtivas e, em particular, sobre o modo de produção. A posição ocupada pela natureza na discussão econômica se dá basicamente em razão da forma como os recursos naturais são alocados no processo produtivo, ou seja, a questão ambiental sempre foi um problema.

O custo e a qualidade de vida nas grandes cidades, somados às péssimas condições de vida de grande parte da população, são fatores que levam a medidas de incentivo para que os moradores de áreas rurais encontrem meios de manter-se nelas.

O atual modelo de desenvolvimento fundamenta-se na urbanização e industrialização. Mas o sistema econômico capitalista acelerou o processo de degradação ambiental, incentivou o êxodo rural e o conseqüente inchaço dos centros urbanos, levando à marginalização grande parte da população.

Possibilitar que boa parte da população se fixe em regiões de baixa densidade pode privilegiar atividades sustentáveis, do ponto de vista socioambiental e econômico. Entende-se, pois, a busca de novas formas de desenvolvimento, muito além da racionalidade econômica ditada pelo sistema capitalista.

Lembra-se que para Navarro (2011) a agricultura familiar não é somente uma ocupação na qual capital, trabalho e terra são utilizados para a produção agrícola, mas também um estilo de vida que envolve crenças sobre viver e trabalhar em uma propriedade rural.

É necessário reconhecer que a ciência está sendo constantemente influenciada pelas ideologias e a convicção a respeito das atividades no meio ambiente não é uma questão puramente científica, mas, em grande parte, ditada pelo sistema econômico. Ocorre a devastação urbana, social e ambiental nas regiões brasileiras. Pouca atenção é dada às pequenas comunidades pelos governos, cuja principal atenção tem sido voltada para os grandes investimentos, deixando os grandes negócios matar os pequenos. Pouco se respeitam as paisagens naturais e as regras de urbanização transformam as cidades brasileiras num amontoado de caixotes sem sentido. Essa urbanização crescente e desordenada é um terrível problema ambiental.

2.2 Agricultura e Comunidades Locais

Almeida et al. (2006) defendem que políticas públicas, como o PAA e o PNAE, contribuem com o desenvolvimento local endógeno na medida em que promovem a reinclusão social e econômica de agricultores familiares, ao aumentar seus postos de trabalho e sua renda.

No Brasil, 49% das terras rurais estão concentradas nas mãos de apenas 1,4% dos proprietários rurais, enquanto 53% dos estabelecimentos rurais possuem menos de 10 ha e somam menos de 2,7% das áreas cultiváveis (PASQUIS, 2005).

Para Veiga et al. (2003), o modelo de desenvolvimento territorial deveria se fundamentar na valorização da agricultura familiar, na diversificação da economia local (incentivo ao setor de serviços e à pluriatividade) e no estímulo ao empreendedorismo.

Pequenos agricultores, em geral, usam estratégias para maximizar o uso dos recursos locais disponíveis, em que vários espaços de cultivo se articulam e combinam com áreas de vegetação natural em diferentes estágios de sucessão ecológica. Amorozo (1996) lembra que

isso permite ao agricultor não só manter os processos ecológicos que contribuem para a estabilização do sistema, mas também explorar diversos produtos e desenvolver atividades complementares, além de distribuir melhor a força de trabalho ao longo do ano.

O verdadeiro desenvolvimento leva à revalorização do ambiente natural. Segundo Veiga (2006), uma região essencialmente rural é aquela onde mais da metade da população vive em localidades rurais, isto é, com densidade demográfica inferior a 150 habitantes por quilômetro quadrado. É absolutamente compreensível que poucos saibam que um terço da população brasileira é rural e que essa proporção pode não diminuir nas próximas décadas. Ocorre a ficção de que o Brasil será 100% urbano por volta de 2030. Mas não se tem o direito de desconhecer as grandes desigualdades que existem entre o Brasil urbano e o Brasil rural (VEIGA, 2003).

Falar de agricultura e sustentabilidade pressupõe tratar o assunto de forma holística, com uma abrangência e perspectiva amplas. Nesse sentido, Sachs (1997) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões principais: a social, a econômica, a ecológica, a geográfica e a cultural.

Boff (2012) salienta que a sustentabilidade provém das ciências da vida e da ecologia, cuja lógica é circular e includente. Representa a tendência dos ecossistemas para o equilíbrio dinâmico, a interdependência e a cooperação de todos com todos. Não é o que ocorre na sociedade capitalista estruturada da forma atual. Com programas que objetivam ampliar o acesso à terra, é possível, além de diversificar a produção agrícola, dar ênfase ao aspecto econômico como forma de garantir o desenvolvimento rural sustentável e a inclusão de parcela significativa da população deixada à margem do processo produtivo.

Merece destaque a urgência de criar condições para que o agricultor não deixe o campo. É possível fazer tudo isso em um, dois anos, mas é preciso efetivamente tornar as políticas públicas voltadas para o agricultor familiar, aproveitadas em seu respectivo município.

Há regiões essencialmente rurais, regiões relativamente rurais e regiões essencialmente urbanizadas. De qualquer forma, o processo de desenvolvimento rural brasileiro passa pelo incremento de atividades que possibilitem manter o homem no campo e garantam qualidade de vida, saúde, educação, cultura. São vários os tipos de atividades econômicas que permitem elevar os níveis de renda, educação e saúde. Para se desenvolverem, as pequenas comunidades rurais têm de depender muito mais de mercados locais ou regionais para vender seus produtos.

A agricultura familiar ganha força quando se credita a ela forte papel na geração de emprego e renda e se destaca a importância para os pequenos municípios brasileiros. Nesses locais os produtores familiares são responsáveis também por grande número de empregos no comércio, por outros serviços e pela geração de renda no interior do país.

Apesar de as práticas agrícolas atuais apresentarem características do processo de produção tradicional, podem-se detectar indicadores de sustentabilidade. As atuais mudanças no espaço agrícola e as novas preocupações de desenvolvimento têm causado especial atenção para questões da pequena produção familiar, questões sociais, culturais e ambientais no plano local. Assim, cada vez mais, destaca-se, nas últimas décadas, o desenvolvimento sustentável, com forte ênfase nos processos locais. A multifuncionalidade presente no espaço rural de hoje é apontada como elemento capaz de gerar condições para a sustentabilidade em comunidades rurais.

2.3 Agricultura Familiar

Os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos, ocupam 30,5% da área total, são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional, recebendo apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura (FAO/INCRA, 2000). Ainda assim, a agricultura familiar tem um longo futuro à frente. Sem a sua consolidação, dificilmente o Brasil poderá contar com um sistema eficiente de segurança alimentar (SACHS, 2004). Pequenos e médios agricultores são responsáveis pelos produtos básicos da dieta do brasileiro, como feijão, arroz, hortaliças, mandioca (PORTUGAL, 2004).

Medidas de apoio à agricultura familiar afiguram-se como alavancas importantes da estratégia de desenvolvimento. O que importa é criar condições para que esta reserva de tempo de trabalho se transforme em trabalho efetivo mediante aumento da escala das produções existentes, acréscimo de novos módulos ao sistema familiar de produção agropecuária e investimento não monetário nas benfeitorias e na moradia (SACHS 2004).

A importância da agricultura familiar está muito mais na multifuncionalidade do espaço rural do que no aumento da produtividade e na geração de divisas. Citando Olalde (2013), Sachs lembra que, além da contribuição à produção agrícola nacional, ela pode fornecer bens tangíveis ou intangíveis, como geração de emprego, desenvolvimento de sistemas agrícolas diversificados, serviços ambientais e atendimento a aspirações da sociedade, como preservação da paisagem e da cultura local.

A modernização aumentou a produção agrícola, gerando divisas econômicas com a exportação. Por outro lado, deixou à margem milhares de agricultores que, por vários motivos, não conseguiram adequar-se ao modelo capitalista de produção (FAO/INCRA 1996).

Wanderley (2004) apresenta uma visão detalhada do processo de transformação econômica e tecnológica que foi instituído no período de 1968 a 1981 e suas consequências, que alteraram gradual e radicalmente a lógica de estruturação da atividade agropecuária no Brasil rural. Lembra também que, por motivos sociais e políticos, não foi avaliada a agricultura sob a gestão familiar, nas diversas regiões rurais no Brasil, como uma atividade econômica, o que é, no mínimo, surpreendente.

Enorme diversidade dos produtores sob gestão familiar existente no mundo rural, permitindo assim avançar no conhecimento das realidades agrárias. Acumulado tal conhecimento, as políticas governamentais desse campo poderão superar seus atuais impasses e insuficiências e atuar mais eficazmente na produção de ações públicas que materializem mais expressivamente o progresso social nas regiões rurais do país. (NAVARRO, 2011)

Pode-se acrescentar que pela agricultura familiar é feita uma distribuição populacional mais equilibrada no território, com diminuição das periferias das cidades e de problemas relacionados ao aumento da população urbana. Essas possibilidades devem ser consideradas no debate sobre os caminhos para a construção do desenvolvimento sustentável.

Existe amplo e estratégico campo de atuação da agricultura familiar para a melhoria das condições de vida de uma população marcada pela marginalização e pobreza, melhorando a economia local e a gestão dos recursos naturais. Silva (2008) destaca que o apoio à produção familiar agrícola pode ser uma estratégia para a dinamização da economia de muitos territórios rurais brasileiros que passam por uma fase de estagnação e diminuição das oportunidades de geração de renda.

Veiga (2003) alerta para as vantagens de uma estratégia centrada na agricultura familiar, embora a sociedade não tenha percebido isso. Segundo o autor, não há qualquer confirmação para a crença tão generalizada no Brasil de que as fazendas patronais são mais eficientes que os sítios familiares, pois o desprezo pela agricultura familiar é de fundo político-ideológico.

O desenvolvimento rural pode proporcionar duas importantes consequências. A primeira refere-se ao caráter polissêmico da agricultura, com base no conteúdo econômico, cultural, ecológico e social que a envolve. A segunda está relacionada a um posicionamento

contrário à dicotomia rural-urbano, que negligencia as relações sociais que são desenvolvidas na prática, em decorrência da integração do rural com o urbano, em termos populacionais, ocupacionais e de valores. É necessário planejar ações de desenvolvimento rural integradas às de desenvolvimento urbano e vice-versa. Isso determina o enfraquecimento da dicotomia urbano-rural, que não representa a realidade da maioria dos municípios brasileiros.

Os agricultores familiares costumam esbarrar em questões como logística, regularidade de produção, qualidade e quantidade da produção, planejamento, burocracia e questões sanitárias. O PIB só reflete fluxo de dinheiro, não levando em conta autossuficiência e mercado local. A conta do PIB interessa ao banqueiro, ao governo, às grandes corporações transnacionais, e nada tem a ver com o bem-estar da população (LUTZENBERGER, 2001).

Sachs (2002) enfatiza que é necessário entender os processos de desenvolvimento como algo que envolve múltiplas dimensões, cada uma contribuindo de determinada maneira para o futuro de um território:

- a) Dimensão Econômica: eficiência através da capacidade de inovar, de diversificar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenos empreendimentos;
- b) Dimensão Sociocultural: maior equidade social graças à participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território, o respeito pela diversidade e a melhoria da qualidade de vida das populações;
- c) Dimensão Político-institucional: institucionalidades renovadas que permitam o desenvolvimento de políticas territoriais negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania;
- d) Dimensão Ambiental: compreensão do meio ambiente como componente ativo do desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade e enfatizando a idéia de gestão sustentada da base de recursos naturais, o que assegura sua disponibilidade também para as gerações futuras

2.4 Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi formalizado em 1995. Tem papel de destaque como política pública voltada para o desenvolvimento agrário destinado ao apoio financeiro de atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas pelo produtor e sua família.

É indiscutível evidenciar que os atuais programas do governo, como o PRONAF e o PNAE, constituem-se em importantes medidas para o desenvolvimento da agricultura familiar, porém sua efetivação e implementação não atingem número significativo em Ouro Preto. Muitos dos pequenos proprietários nem ouviram falar da possibilidade de obtenção de recursos pelo PRONAF, outros têm dificuldades para atender às exigências bancárias e cumprir formalidades para obtenção do crédito.

Com relação à obtenção da DAP e fornecimento de gêneros para a merenda escolar, os agricultores esbarram em questões, como transporte para entrega dos gêneros, quantidade pequena de produção, falta de conhecimento do programa e burocracia da licitação.

O Município está se adequando para cumprir a meta de compra de alimentos do agricultor familiar. Algumas alternativas foram criadas localmente para facilitar e incentivar as entregas dos agricultores e garantir que os alimentos cheguem às escolas. Entre elas, destaca-se a criação de um cronograma de entrega, cardápios diferenciados para as escolas situadas na zona rural e urbana que recebem produtos da agricultura familiar, instalação de fábricas de alimentos processados, como a fábrica de açúcar mascavo e as rosquinhas feitas em Piedade, comunidade de Santa Rita de Ouro Preto.

A multifuncionalidade da agricultura familiar permite pensar numa forma de desenvolvimento para toda a sociedade, pois se consideram, além da questão produtivista e de geração de renda, os aspectos sociais, culturais e ambientais, todos indispensáveis ao tão almejado desenvolvimento sustentável (LE MOAL, 2013).

2.5 O Enfoque Agroecológico do Desenvolvimento Rural Sustentável

A agroecologia está próxima da agricultura familiar, diferentemente da agricultura industrial e produtivista, e é compatível com o desenvolvimento sustentável.

Segundo dados apresentados por Zakri Abdul Hamid e citados por Alisson (2013), cerca de 75% da diversidade genética de culturas agrícolas foi perdida no último século. Um dos fatores responsáveis por isso foi o cultivo, por agricultores de todo o mundo, de variedades geneticamente uniformes e de alto rendimento e o abandono de muitas variedades locais.

Os quintais, onde são plantadas espécies de plantas úteis, representam um modo de vida onde as relações de vizinhança e parentesco são intensas. Eles contribuem para o estreitamento de laços ao promover a troca de plantas medicinais, frutas, hortaliças, mudas de plantas, além de gerar a troca de informações sobre seu uso e significados. Dessa forma, eles contribuem para manter vivas tradições locais e disseminar espécies tradicionais, contribuindo para a conservação da agrobiodiversidade (AMOROZO 2010). São locais promissores para se iniciarem as crianças em diversos aspectos do conhecimento e manejo de ambientes naturais, explorando os processos ecológicos que ocorrem, com a vantagem de permitir também uma abordagem do ponto de vista cultural e transgeracional (AMOROZO 1996).

2.6 Programa Nacional de Alimentação Escolar

O PNAE é um dos programas sustentados e coordenados pelo Governo Federal e executado pelos governos estaduais e municipais. Iniciou-se com a distribuição de leite em pó e de farinhas enriquecidas. Ao longo dos seus cinquenta anos de existência, o PNAE passou por modificações na operacionalização. A mais significativa ocorreu em 2009, com a obrigatoriedade da inserção de produtos locais da agricultura familiar na alimentação escolar (TURPIN, 2009). A Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, garante a inclusão dos estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no PNAE e determina que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE aos estados e municípios sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, para a alimentação escolar.

No Programa Fome Zero, o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), além do PNAE, constitui um mecanismo de fortalecimento do PRONAF, na vertente de comercialização da produção. Seus objetivos são, conforme o art. 3.º:

contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

A Resolução CD/FNDE n.º 26, de 17 de junho de 2013, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica, no âmbito do PNAE, e revoga a Resolução CD/FNDE n.º 38, de 16 de julho de 2009:

considerando a importância da intersectorialidade por meio de políticas, programas, ações governamentais e não governamentais para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, por meio de ações articuladas entre educação, saúde, agricultura, sociedade civil, ação social, entre outros;
considerando o fortalecimento da Agricultura Familiar e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico local;

É importante salientar que, segundo o item V do art. 2.º, , são diretrizes da Alimentação Escolar:

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos; e

São consideradas Ações de Educação Alimentar e Nutricional, no que se refere ao agricultor, o item VII da resolução supra citada: “estimulem e promovam a utilização de produtos orgânicos e/ou agroecológicos e da sócio biodiversidade”.

O PNAE cresceu e firmou-se como um dos maiores, mais abrangentes e efetivos programas de distribuição de alimentos, funcionando hoje sob a coordenação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Mas, ainda assim, enfrenta problemas de ordem política, técnica e gerencial. É o mais antigo programa de alimentação em execução no Brasil e foi implementado como política pública no conjunto das políticas sociais em vigor.

Diz Sobral e Costa (2008) sobre o PNAE:

Assegurado pela Constituição de 1988, é considerado um dos maiores programas de alimentação escolar no mundo, pois foi criado para atender a todos os alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental das escolas públicas e filantrópicas de todo o Brasil, inclusive nas que abrigam alunos indígenas e quilombolas (SOBRAL E COSTA, 2008).

2.6.1 O Programa Nacional de Alimentação Escolar Brasileiro como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável

A Lei Federal n.º 11.947, promulgada em 16 de junho de 2009 e atualizada pela Resolução CD/FNDE n.º 26, de 17 de junho de 2013, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica, no âmbito do PNAE. Garante a inclusão

dos alunos do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e assegura que, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo FNDE aos estados e municípios sejam utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente de agricultores familiares e de empreendedores familiares rurais ou de suas organizações, para a alimentação escolar (FNDE, 2014).

O PNAE, que, em 2013, teve um orçamento total de R\$ 3,5 bilhões, dos quais R\$ 1,05 bilhão para ser gasto com aquisições diretas da agricultura familiar (FNDE, 2013), é um programa obrigatório e sua atuação se dá em todos os municípios da Federação. Todo país deve ser soberano para assegurar o direito à alimentação, respeitando as características culturais de cada povo, manifestadas no ato de se alimentar.

De acordo com Triches (2010), pode-se dizer que o Estado providenciou, na última década, políticas que apoiam a aproximação de consumidores e produtores locais. Mas, na prática, o que ocorre é que os processos licitatórios de compras públicas e as exigências legais e sanitárias para a formalização desses pequenos agricultores ainda mantêm essas proposições longe da concretização.

Os produtores só podem participar do PNAE se preencherem esta exigência da DAP: ter nota fiscal própria ou de alguma associação. Precisam ainda se organizar com relação à quantidade e qualidade da produção. E muitas vezes encontram dificuldades no transporte para entregar os produtos.

Com relação à aquisição, citam-se os artigos 20 e seguintes da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, que tratam da questão do preço, fator relevante para incrementar o desenvolvimento local.

Art. 20 - A aquisição de gêneros alimentícios para o PNAE deverá ser realizada por meio de licitação pública, nos termos da Lei nº 8.666/1993 ou da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ou, ainda, por dispensa do procedimento licitatório, nos termos do art. 14 da Lei nº 11.947/2009.

§ 1º - Quando a Ex. optar pela dispensa do procedimento licitatório, nos termos do art. 14, § 1º da Lei nº 11.947/2009, a aquisição será feita mediante prévia chamada pública.

§ 2º - Considera-se chamada pública o procedimento administrativo voltado à seleção de proposta específica para aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações.

Cada produtor podia fornecer até R\$9.000,00 ao PNAE, mas esse teto foi alterado para R\$20.000,00, com a mudança, em 2012, dos artigos 21 e 24 da Resolução n.º 38, de 16 de julho de 2009.

A interação social local na efetivação dessas políticas deve envolver todos os autores diretamente ligados à produção agrícola do município. Nesse contexto, políticas públicas levam à melhoria da alimentação da população em fase escolar, incentivando hábitos alimentares saudáveis e levando à geração de mercados para os agricultores familiares, até com potencial para fomentar práticas de gestão ambiental. É perfeitamente possível gerar emprego e renda sem descuidar da variável ambiental, o que significa compatibilizar desenvolvimento com qualidade de vida na sua acepção mais ampla. Fala-se de uma nova cultura, de um novo modelo de gestão e de novos parâmetros para o desenvolvimento.

2.6.2 Soberania Alimentar

Marques (2010) apud Dufumier lembra que, aproximadamente, 75% dos indivíduos em estado de insegurança alimentar no planeta pertencem a famílias agriculturas pobres. Portanto a proteção e apoio a essa agricultura permite maior estabilidade produtiva, assegurando alimento e renda para grupos sociais vulneráveis. Trata-se de uma solução que favorece a preservação de hábitos alimentares locais, fundados nos recursos produtivos disponíveis, valorizando a diversidade cultural e biológica referente ao alimento. Nos casos de países muito industrializados, o desafio consiste em repensar o papel da agricultura rural no desenvolvimento.

A agricultura familiar deve deixar de ser marginalizada, sendo preciso promover a utilização de tecnologias que possibilitem tornar a produção mais facilitada, levando à homogeneização do ambiente rural ao considerar as atividades agrícolas como meio de integração social, geração de trabalho criativo e reinvenção da qualidade de vida, reinvenção fundada nas ideias de sustentabilidade.

2.7 O Município de Ouro Preto

Segundo dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), o Município de Ouro Preto localiza-se na Serra do Espinhaço Meridional, Zona Metalúrgica de Minas Gerais (Quadrilátero Ferrífero). Quanto ao terreno, em 40% é ondulado, em 55% é montanhoso e somente em 5% é plano. Tem clima tropical de altitude e pluviosidade média de 2.019 mm/ano, com distribuição irregular e chuvas concentradas no verão. Com referência a áreas

de preservação (fauna e flora), tem importância regional e mundial, diplomado como Reserva da Biosfera pela UNESCO.

A cidade encontra-se no limite de duas bacias hidrográficas, a do Rio Doce e a do Rio São Francisco. Um dos principais afluentes do Rio Doce nasce a oeste da cidade, nos arredores do Bairro Veloso, com o nome de Ribeirão do Funil, passando a Rio do Carmo na estrada para a cidade de Mariana. Tem como principais afluentes os rios Gualaxo do Norte e Gualaxo do Sul e toma o nome de Rio Doce ao se encontrar com o Rio Piranga.

O Decreto n.º 22.928, de 12 de julho de 1933, conferiu a Ouro Preto o título de Cidade Monumento Nacional, uma das primeiras medidas concretas para a preservação do patrimônio artístico e cultural. Além disso, Ouro Preto, em 1980, foi contemplada como a primeira cidade brasileira a receber da UNESCO o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Ouro Preto está situada entre a cidade de Mariana e o distrito de Cachoeira do Campo, a 96 Km de distância de Belo Horizonte, a capital mineira. O Município confronta-se com os de Mariana, Santa Bárbara, Itabirito, Congonhas, Ouro Branco e Piranga. O acesso principal é feito pelas rodovias BR-040 e MG-356, a partir de Belo Horizonte, passando por Itabirito e pelos distritos de Amarantina e Cachoeira do Campo, ou pela MG-262, partindo de Ponte Nova e passando por Acaiaca e Mariana. São treze distritos, que delimitam uma área de 1.245 km². A população estimada do Município, em 2013, é de 73.349 habitantes. (IBGE, 2013)

2.8A Ocupação Camponesa na Perspectiva Histórica

Carrara (1977), estudando a capitania de Minas Gerais de 1674 a 1807, afirma que os lavradores ou roceiros apenas usam nas suas culturas milho, feijão, arroz e cana de açúcar – frutos que fertilizam as minas. E, como justificava o capitão-mor da vila de Caeté em 1786, esclarece que “plantar milho, feijão, arroz e cana, plantas próprias do país, era a única alternativa viável aos agricultores, por serem plantações isentas da formiga”. Afirma ele que a freguesia que mais pomares possui é, sem dúvida São Bartolomeu, em razão da enorme quantidade de doces de marmelo que anualmente vende em toda a Capitania.

Saint-Hilaire (1833), que, a caminho de Vila Rica, se hospedou num rancho, relata:

As macieiras e os marmeleiros aí dão muitos frutos e a colheita de marmelos é mesmo de grande importância para a aldeia de S. Bartolomeu [...]. Não há,

disseram-me, uma pessoa em S. Bartolomeu que não tenha um quintal plantado de marmeleiros e macieiras; os habitantes fazem com os marmelos um doce muito afamado que é posto em caixas quadradas feitas com uma madeira branca e leve chamada caixeta e não somente vendem essas caixas em Vila Rica e seus arredores, mas ainda fazem remessas ao Rio de Janeiro (SAINT-HILAIRE 1833, p. 83).

Soberanos em todo o período colonial, o milho e o feijão eram as culturas dominantes do horizonte agrícola mineiro. O milho foi o cômodo e providencial substituto da mandioca para a confecção das farinhas, além de apresentar outras vantagens, como a facilidade de transporte das sementes e o período mais curto entre plantio e colheita.

Holanda (1994) destaca que compreender a difusão do “complexo do milho” (de que participam o feijão, os porcos e os galináceos) exige considerar não apenas as condições do solo e clima, mas a simplicidade e rusticidade das técnicas necessárias à elaboração de seus produtos.

Mawe (1978), com referência a uma ida a Vila Rica, relata:

convidaram-nos nesse lugar a provar vinho feito de uvas, colhidas aí; era excelente. É difícil imaginar-se lugar mais favoravelmente situado para a cultura de todas as espécies de frutos. A pereira, a oliveira, a amoreira aí dariam tão bem quanto a vinha, se fossem tratadas convenientemente. Um hábil agricultor, com facilidade, estou certo, torná-lo-ia tão próspero que se poderia aproveitá-lo duplamente na plantação do milho e nos laticínios (MAWE, 1978, p. 132).

Carrara (1977) chama a atenção para enxadas, foices e almocafres, ferramentas de uso agrário encontradas nas lavras. E destaca que se deve notar a diferença entre as unidades de produção familiares, camponesas, voltadas para o consumo próprio, e as propriedades escravistas, voltadas para o mercado.

O autor assinala também:

(...)além do dito milho verde que naquela terra produzem com tanta abundância – como em terra que sempre as árvores conservam as folhas e frutas sempre é primavera, feijão, mandioca em raiz, amendoim, gengibre, aipim, cana-de-açúcar, rapaduras, melado e mel, mamona, bananas, caras, batatas, ananases, uvas, laranjas, marmelos. Pêssegos, limas, limões doces, quiabos, melões, juás, abóboras, gergelim, melancia, palmito, congonha, favas, ervilhas, figo, espinafres, erva, nabos, rábanos, mostarda, couves, cebolas, alhos, cidras, alfaces, pepinos, repolhos(...).

Nos pareceres ao Projeto da Capitação, em 1733, aparece a observação de que a agricultura era até mais vantajosa do que a mineração: “pois é certo que acham [os

agricultores] na lavoura o mesmo ou maior interesse, do que tiravam da bateia, que se assim não fosse minerariam todos, ou quase todos, e viriam os mantimentos de fora”. No mesmo conjunto de pareceres, Diogo de Mendonça esclarece:

(...) escravos das culturas são os mesmos que mineram, e somente se empregam nas lavouras no tempo competente para a cultura, que em Vila Rica, pelas asperezas dos seus morros haja poucas roças, mas a maior parte dos mineiros mais poderosos dela [Capitania] vem ao campo e mais sítios aonde possuem suas roças a plantar mantimentos para o sustento dos seus escravos, e ainda no mesmo campo que a maior parte dele é habitada de roceiros, há minas em todas as suas freguesias [...] aonde se ocupam igualmente a roçar e minerar, e os que se não ocupam em minerar são porque não acham menos lucro na cultura dos mantimentos, e esta é a verdadeira prática das minas.

Ao analisar a ocupação, com atividades econômicas, da área do Parque Estadual do Itacolomi, vimos em Fujaco (2010) informações sobre a importância das fazendas:

Nos séculos XVIII e XIX, com o declínio da exploração do ouro, a área do parque teve papel fundamental na economia da região. Com o início das grandes plantações de chá (*Camellia sinensis*), surgiram grandes fazendas, como, por exemplo, a Fazenda São José do Manso, a Fazenda de Cintra e a Fazenda do Cibrão, constituindo a principal atividade econômica dessa época. Conta-se que o chá aí produzido, um chá preto de excelente qualidade, era inclusive exportado para a Europa, especialmente para a Inglaterra. O chá Edelweiss, um dos mais famosos, foi produzido na Fazenda do Manso até a década de cinquenta (FUJACO, 2010).

Ouro Preto já produziu alho em escala econômica. O roxo de Arantes, procedente de Arantes, antigo distrito de Ouro Preto, é uma variedade cultivada na região há mais de meio século. Em depoimento, a pesquisadora Ronessa Bartolomeu conta que toda a produção foi dizimada por uma doença chamada de podridão branca, provocando êxodo de diversos produtores da zona rural de Ouro Preto, dos distritos de São Bartolomeu, Glaura e Amarantina, que viviam do cultivo de alho:

O nosso meio de subsistência era a produção e comercialização de alho, e quando a doença apareceu acabou com tudo, nos forçando e a outras famílias a buscar outros meios de sobrevivência, relata a pesquisadora, para quem o termo “pra sempre” resume o destino da cultura naquela região: “Até hoje, não há notícias de que essa hortaliça voltou a ser cultivada naquelas localidades (EMBRAPA, 2013).

2.9 A Estrutura Agrária do Município de Ouro Preto

A história mostra que Ouro Preto foi fundado com a atividade de mineração, cuja característica principal foi o enriquecimento rápido. Entretanto não se pode ignorar que existia paralelamente uma agricultura de subsistência. Tôrres (1969-1970) explica que, na primeira geração de bandeirantes, houve morte por fome nos vales mineiros, pois a procura do ouro impedia a mais elementar agricultura. Com o tempo, a vida se organizou, surgindo as fazendas.

A Tabela 2.1, a Tabela 2.2 e a Tabela 2.3, a seguir, apresentam o quantitativo e a faixa etária da população rural do Município de Ouro Preto, permitindo ver que é pequeno o número daqueles que fazem da agricultura a renda familiar para subsistência.

Tabela 2.1 - População Residente na Zona Rural por Faixa Etária em Ouro Preto

População residente na Zona Rural por faixa etária	Total
0 a 4 anos	519
5 a 9 anos	731
10 a 14 anos	866
15 a 19 anos	986
20 a 24 anos	668
25 a 29 anos	711
30 a 39 anos	1.341
40 a 49 anos	1.187
50 a 59 anos	1.007
60 a 69 anos	527
70 anos	618
TOTAL DA POPULAÇÃO RURAL	9.172

IBGE, 2009

Tabela 2.2 - Mulheres Residentes na Zona Rural por Faixa Etária em Ouro Preto

Mulheres residentes na Zona Rural por faixa Etária	Quantidade
0 a 4 anos	225
5 a 9 anos	386
10 a 14 anos	497
15 a 19 anos	509
20 a 24 anos	256

25 a 29 anos	353
30 a 39 anos	654
40 a 49 anos	494
50 a 59 anos	438
60 a 69 anos	228
70 anos	343
TOTAL	4.383

IBGE, 2009

Tabela 2.3 - Homens Residentes na Zona Rural por Faixa Etária em Ouro Preto

Homens residentes na Zona Rural por faixa Etária	Quantidade
0 a 4 anos	264
5 a 9 anos	346
10 a 14 anos	368
15 a 19 anos	477
20 a 24 anos	412
25 a 29 anos	358
30 a 39 anos	687
40 a 49 anos	693
50 a 59 anos	568
60 a 69 anos	299
70 anos	275
TOTAL	4.747

IBGE, 2009

Furtado (1990), em estudo sobre as condições econômicas do Município, conclui que a agricultura está em transformação. “Não podemos concordar com a afirmação de que a economia rural do município é uma economia de subsistência.” (FURTADO, 1990, 81).

Encontram-se indícios de que há na área rural de Ouro Preto crescimento da atividade agrícola capitalista, voltada para mercados específicos.

O Secretário de Agropecuária de Ouro Preto ressalta a importância do PNAE. “É um mercado alternativo e, conseqüentemente, gerador de ocupação e renda no Município” (2013).

Para fazer um diagnóstico da realidade agrícola do Município de Ouro Preto, iniciou-se o levantamento de dados com uma conversa com alguns atores envolvidos na questão da agricultura: funcionários da Secretaria Municipal de Agropecuária, da Emater, do Banco do Brasil e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ouro Preto. Da articulação de diversas

entidades, como governo, representantes do meio acadêmico, entidades de apoio, pode-se construir um novo enfoque para o setor agrícola do Município.

Furtado (1990) salienta:

Se o município possui características de relevo e de solo que são empecilhos a uma agricultura de grandes dimensões e alta produtividade, isto não impediu que na década de 80 expandissem algumas culturas como o milho, mandioca, cana de açúcar, tomate e hortaliças. (FURTADO, 1990, 22).

Pode-se comprovar isso pelo volume de produção. Vale destacar que o próprio Furtado (1990) infere, no item relativo a valor de produção, que a maior produtividade em termos de dólares por hectare se dá em lavouras permanentes e temporárias de hortaliças e floricultura

Na Tabela 2.4, a seguir, apresentam-se dados do IBGE referentes às quatorze maiores culturas do Município e à área plantada nas respectivas culturas.

Tabela 2.4 - Lavoura Temporária de Ouro Preto

Produto	Quantidade produzida	Área plantada
Arroz em casca	25 toneladas	10 hectares
Bata inglesa	1.735 toneladas	89 hectares
Cana de açúcar	9.000 toneladas	150 hectares
Feijão (grão)	316 toneladas	500 hectares
Mandioca	225 toneladas	15 hectares
Banana (cacho)	774 toneladas	86 hectares
Café (grão)	72 toneladas	60 hectares
Figo	10 toneladas	05 hectares
Goiaba	30 toneladas	06 hectares
Laranja	870 toneladas	60 hectares
Limão	07 toneladas	06 hectares
Marmelo	03 toneladas	03 hectares
Pêssego	02 toneladas	02 hectares
Tangerina	11 toneladas	02 hectares

IBGE, 2009

2.9.1. Instituições de apoio ao trabalhador rural em Ouro Preto

Sindicato dos Produtores Rurais de Ouro Preto

Foi criado em 1973 e teve, desde a criação, 5.972 filiados. Atualmente o número de associados ativos é de 60 (sessenta), pagando cada um a mensalidade de R\$14,00. O presidente explica que o produtor, ao sindicalizar-se, tem como objetivo regularizar sua situação para aposentar-se. No caso do trabalhador rural, os limites de idade são 60 anos para o homem e 55 anos para a mulher. Para isso é necessário contribuir por, pelo menos, 15 anos. Além da aposentadoria há o benefício do auxílio maternidade e a disponibilidade de um advogado para atender os sindicalizados duas vezes por semana.

Para providenciar a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP, o produtor, ao procurar o Sindicato, é encaminhado à Emater, que providencia o registro. Na opinião do presidente, sindicalizado desde 1987, é muito difícil permanecer no campo, pela grande dificuldade que está nas oscilações da produção que ocorrem no período da safra à entressafra e nos tributos da fiscalização.

Banco do Brasil

Em entrevista, da autora ao gerente do Banco do Brasil, instituição responsável pela liberação de recursos do PRONAF, informou o gerente que o enquadramento do produtor rural é feito pelo técnico da Emater. Elogiando o trabalho da Emater, explicou ser muito criteriosa a seleção do produtor que pode se beneficiar com esse crédito, ou seja, só o que possui a Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP tem direito ao empréstimo. Atualmente está aplicada no Município de Ouro Preto a quantia de R\$900.000,00 (novecentos mil reais). Informou também que, durante a entressafra, a taxa de juros, 3,5% ao ano, cai. Acrescentou que, nos últimos cinco anos, a linha de crédito não ficou fechada para esses financiamentos, em razão de ser pequeno no Município o número de produtores aptos a contrair o financiamento.

Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região (AAFAPRE)

Foi criada em 1993, por iniciativa de agricultores da comunidade de Piedade, no distrito de Santa Rita de Ouro Preto. Tem este objetivo principal, conforme o Art. 4.º do Estatuto, alterado em 15 de maio de 2009:

Promover o desenvolvimento social, econômico e cultural dos agricultores familiares da comunidade de Piedade e região, através da implantação e implementação de programas de produção, beneficiamento e comercialização de produtos agropecuários e de projetos de assistência social com prioridade aos de geração de ocupação e renda (AAFAPRE, 2009).

Destaca-se que os produtores rurais do Município de Ouro Preto, para participar das licitações feitas para atendimento ao PNAE, devem se associar à AAFAPRE. Como sua atuação está voltada para as questões legais, deixa a desejar quanto a solidariedade e união dos trabalhadores na luta pela sobrevivência, o que enfraquece o associativismo.

2.10 Aspectos Socioeconômicos do Município de Ouro Preto

A perspectiva de emprego nas grandes mineradoras da região, Vale e Samarco, faz, na maioria das vezes, que os jovens deixem o meio rural em busca de melhores oportunidades. Por outro lado, o número de idosos que vivem no campo é alto, sendo muitos deles aposentados, o que garante até o sustento da família. Portanto o número de moradores com capacidade para trabalhar está diminuindo, fazendo com que uma das dificuldades de produção esteja exatamente na falta de mão de obra.

Merecem destaque os dados da Tabela 2.5.

Tabela 2.5 - População Residente por Faixa Etária e Sexo

População Residente por faixa etária e sexo, 2009 - Ouro Preto/MG			
Faixa etária	Masculino	Feminino	Total
Menor 1	527	505	1.032
1 a 4	2.201	2.103	4.304
5 a 9	2.890	2.801	5.691
10 a 14	2.928	2.820	5.748
15 a 19	3.089	2.864	5.953

20 a 29	6.320	6.137	12.457
30 a 39	5.363	5.300	10.663
40 a 49	4.459	4.944	9.403
50 a 59	3.234	3.596	6.830
60 a 69	1.828	2.212	4.040
70 a 79	947	1.372	2.319
80 e +	353	701	1.054
Ignorada	-	-	-
Total	34.139	35.355	69.494

IBGE, 2009

Mesmo assim, com relação à atividade agrícola, pode-se afirmar que exerce importante função, no contexto social, ao contribuir para a fixação das pessoas na região de origem, diminuindo os índices de êxodo rural. Mas a grande maioria dos habitantes da zona rural são trabalhadores que vivem na informalidade, enfrentando problemas de ordem social, econômica e ambiental que podem ser uma barreira para a aplicação dos preceitos da sustentabilidade. Muitos são alvos da aplicação das leis ambientais e correm o risco de ter de suspender a retirada do sustento do trabalho na terra, pois não estão preparados para os requisitos que se exigem, seja no âmbito ambiental, seja no trabalhista.

Dados do Censo de 2010 mostram que a população de Ouro Preto é de 70.277 pessoas, sendo que 86,98% (61.082 pessoas) vivem na área urbana e 13,02% (9.172 pessoas) na área rural. Ao comparar com os municípios vizinhos, observa-se que o percentual para a população rural é superior ao de Itabirito (4,14%), ao de Mariana (12,14%) e ao de Congonhas (2,67%).

Apesar do número expressivo de moradores na zona rural, a atividade agropecuária não é considerada de relevância para a economia municipal. Conforme dados do IBGE (2011), o valor adicionado bruto da indústria é de R\$3.845.153,00 (três milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil e cento e cinquenta e três reais), o valor adicionado bruto de serviços é de R\$1.051.929,00 (um milhão cinquenta e um mil e novecentos e vinte e nove reais), enquanto o valor adicionado bruto da agropecuária é de apenas R\$12.298,00 (doze mil e duzentos e noventa e oito reais), ou seja, 0,25% do valor interno bruto da cidade, sendo considerada uma atividade de subsistência.

A atividade agropecuária não é considerada de relevância para a economia municipal de Ouro Preto. Percebe-se que é tratada como uma atividade para subsistência e não como atividade que contribui para o valor interno bruto da cidade, embora o número de moradores da zona rural seja 13,02% da população, conforme mostra o gráfico 1.

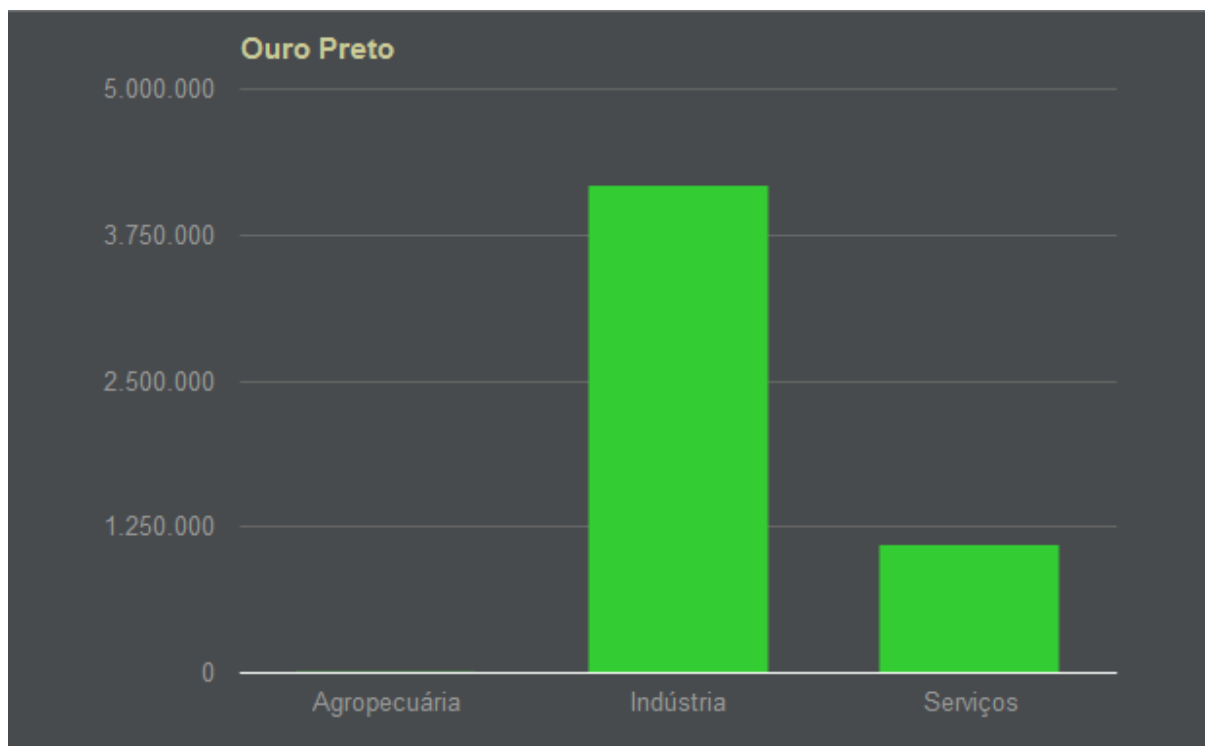


Gráfico 1 - Valor Interno Bruto (Valor Adicionado) - Ouro Preto/MG - IBGE 2009

Do gráfico acima, pode-se ver que a atividade agropecuária no município de Ouro Preto não é uma atividade considerada de relevância para a economia municipal. Percebe-se que essa atividade é tratada, portanto, como uma atividade para subsistência e não como atividade que corrobora para o valor interno bruto da cidade. Embora o número de moradores da zona rural seja de 13,02%.

Para fortalecer o agricultor familiar, é preciso afastar a ideia de pequeno produtor, de agricultor de subsistência e de outras categorias que implicam pobreza, atraso ou inferioridade desse tipo de empreendimento em relação a certas categorias de produtor. Por outro lado, além de se tratar de empreendimentos economicamente viáveis, os empreendimentos familiares permitiriam também cumprir uma série de funções associadas aos novos paradigmas, expressas no conceito de sustentabilidade e fomento à pluriatividade e ao desenvolvimento territorial, que contribuiriam para o desenvolvimento sustentável (OLALDE, 2011).

Qualquer transformação da sociedade depende única e exclusivamente dos homens. O sistema capitalista depende basicamente do consumo: se um dia as pessoas fizerem greve de consumo, o sistema econômico pode desmoronar-se.

3. PESQUISA DO TRABALHO DE CAMPO

Esta seção trata dos procedimentos metodológicos que foram desenvolvidos nesta pesquisa, destacando-se abordagem, tipo de pesquisa, técnica de coleta de dados e técnica de análise de dados.

Por vivenciar vários processos de produção agrícola e usufruir ainda hoje da propriedade da família de agricultores no município de Carmo do Cajuru (MG), a motivação pessoal foi o ponto de partida para o desenvolvimento desse trabalho.

Considerar a agricultura familiar como uma alternativa promissora, podendo equacionar muitos dos problemas econômicos e sociais sob a perspectiva ambiental. Além de ser uma possibilidade de redução da pobreza e elevação da qualidade de vida, através da satisfação das necessidades humanas de alimentos e de renda.

3.1. Abordagem

Quanto aos meios, esta pesquisa é um estudo de caso, pois visa a uma análise com profundidade e detalhamento. Segundo Silva e Menezes (2005), o estudo de caso se relaciona com uma pesquisa que busca aprofundar, de forma exaustiva, o objeto de estudo, permitindo, assim, um amplo conhecimento sobre a questão abordada.

Explica Yin (2005):

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (...). A investigação de um estudo de caso baseia-se em várias fontes de evidências e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (YIN, 2005, p. 32 e 33)

3.2 Classificação da Pesquisa

A coleta de informações iniciou-se com uma visita a setores envolvidos com a agricultura em Ouro Preto, como a Secretaria Municipal de Agricultura, a Secretaria Municipal de Educação, a Emater, o Banco do Brasil e o Sindicato dos Produtores Rurais de Ouro Preto.

A seguir, foram feitas, como trabalho de campo, visitas a distritos e comunidades nos finais de semana, nos meses de abril, maio e junho de 2013, direcionadas pelo questionário I (Anexo I), pois se tratava de uma sondagem inicial e informal sobre o tema.

Quanto aos fins, esta pesquisa é descritiva, pois busca, conforme especificam Terence e Escrivão Filho (2006), um entendimento e uma descrição de variadas realidades, visando a capturar a realidade de uma população.

Afirma Vergara (2003):

A pesquisa descritiva expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno. Pode também esclarecer correlações entre variáveis e definir sua natureza. Não tem compromisso de explicar os fenômenos que descreve, embora sirva de base para tal explicação. Pesquisa de opinião insere-se nessa classificação (p. 47)

Quanto aos meios de investigação, ela é pesquisa de campo, uma vez que se realizou uma investigação empírica na zona rural do Município de Ouro Preto.

A motivação que levou ao estudo do tema partiu da nossa vivência, por ter acompanhado vários processos de produção agrícola e usufruir ainda hoje da propriedade da família de agricultores no Município de Carmo do Cajuru, em Minas Gerais. A observação baseada na vivência constitui pesquisa dos tipos exploratório e descritivo.

A fim de formar uma base teórica para a discussão do tema e definir as diretrizes e ações, foi feita uma pesquisa bibliográfica fundamentada em referências relevantes para o objetivo do trabalho.

Para melhor compreensão da realidade que circunda o Município, foram realizadas visitas, buscando definir dados para o questionário que seria aplicado aos produtores cadastrados na categoria de agricultor familiar que forneciam alimentos para as escolas, pelo PNAE.

3.3 Técnicas e Coletas de Dados

Para a coleta de dados, o instrumento a ser escolhido deve propiciar uma interação entre o informante, o pesquisador e a pesquisa que está sendo realizada e, para facilitar o processo de análise dos dados obtidos, as questões e as respostas devem ser previamente codificadas. Assim, a coleta de dados deve relacionar-se com o problema ou com os pressupostos da pesquisa, visando a encontrar os elementos que permitem que os objetivos propostos sejam alcançados (SILVA e MENEZES, 2005).

Para Günther (2006), em uma pesquisa qualitativa, diferentes técnicas visuais e verbais podem ser utilizadas em coleta de dados, havendo, basicamente, quatro tipos de entrevista: a) semiestruturada; 2) focalizada; 3) centrada em um problema; 4) centrada em um contexto. E três tipos de relato: 1) entrevista narrativa; 2) entrevista episódica; 3) conto.

De acordo com Yin (2005), para o estudo de caso, os dados podem ser obtidos de variadas fontes, destacando-se documentação, registro de arquivos, entrevista, observação direta, observação participativa e artefato físico. Aponta-se para o fato de que a entrevista se constitui em uma das fontes mais importantes para o estudo de caso, mas o pesquisador, ao adotar essa técnica de coleta de dados, deve seguir sua própria linha de investigação e preparar as questões de forma não tendenciosa.

Segundo Trivinos (1994), a entrevista semiestruturada coaduna melhor com o método de estudo de caso, possibilitando a escolha adequada dos entrevistados e as temáticas a serem abordadas, sendo que as perguntas devem se ajustar às teorias que dão sustentação ao estudo.

Nesta pesquisa, com as informações colhidas nas conversas, elaborou-se um questionário semiestruturado que foi preenchido nas visitas às comunidades agrícolas. Inicialmente, esperava-se entrevistar os produtores que possuíam DAP, para saber as vantagens e melhorias proporcionadas pelos recursos obtidos do crédito rural. Mas essa não era a realidade das diversas comunidades que viviam da agricultura no Município.

Pelas visitas, foi possível identificar outras formas de produção e dependência. A produção era, na grande maioria, de subsistência e os moradores encontravam-se numa situação de vulnerabilidade social muito grande.

O questionário foi aplicado (Anexo I) e procurou-se entrevistar o maior número de produtores, nos distritos que formam o Município de Ouro Preto. A tabulação dos dados baseou-se nas três questões mais relevantes para este estudo.

Era, pois, preciso responder:

√ O produtor usufrui de algum recurso de crédito rural?

√ O produtor fornece alimento para o PNAE?

√ O produtor tem incentivo para que os filhos permaneçam no campo?

Em seguida, foram entrevistados os produtores que entregam gêneros para a merenda escolar (Anexo II).

Posteriormente, foi aplicado um questionário (Anexo III), aos diretores das escolas estaduais, objetivando conhecer a demanda por gêneros da agricultura familiar, a importância

para a melhoria da alimentação dos alunos e a melhoria das condições de vida do produtor rural.

3.4 Técnica da Análise dos Dados

Os dados obtidos no primeiro contato com vários agricultores serviram de base para o estudo da produção agrícola do Município de Ouro Preto. Esses dados foram sistematizados e organizados, numa descrição que se segue. As informações obtidas nas entrevistas foram de dados quantitativos, em decorrência do tipo de questionário e do tempo de duração das entrevistas, que foram breves. Soma-se a isso a impossibilidade de retorno às propriedades, além de ser insuficiente o nosso prazo para dedicação à pesquisa, dada a necessidade de conciliar trabalho e estudo.

Para o levantamento e processamento de dados, ou seja, para a execução da pesquisa propriamente dita, a segunda parte da entrevista foi realizada apenas com produtores que entregavam produtos para as escolas estaduais e municipais do Município de Ouro Preto. E o outro com os diretores das escolas que recebiam gêneros do agricultor familiar.

Alguns produtores foram selecionados durante a primeira parte da pesquisa. Outros foram identificados pela listagem dos produtores participantes da Chamada Pública do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar. Em vista da extensão territorial do Município e do tempo escasso para o levantamento dos dados, houve dificuldade de operacionalização de idas a todas as propriedades. Optamos por encontrar alguns produtores na própria escola, durante a entrega dos produtos.

4. Resultado e Discussão

Para conhecer algumas comunidades e ter acesso aos moradores, agendamos com o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Ouro Preto, no distrito de Santa Rita de Ouro Preto, visitas às comunidades de Amarantina, Piedade, Moreira, Gama, Mata dos Palmitos, Serra dos Cardosos e Serra dos Siqueira. Em muitas dessas comunidades o número de moradores era alto. Na Serra dos Cardosos, por exemplo, viviam quarenta famílias, com um total de cento e setenta moradores. Fomos também aos distritos de Amarantina e Cachoeira do Campo.

A coleta dos dados na primeira etapa da pesquisa foi realizada por meio de entrevistas organizadas a partir de um questionário, um para cada produtor. O objetivo era estabelecer uma relação teórica empírica e obter informações sobre características socioambientais, traços culturais da comunidade, plantações de cada produtor, e existência, ou não, de sobra para venda.

O formato das perguntas foi semiestruturado, com perguntas abertas, nas quais o informante podia abordar livremente o tema proposto, e perguntas fechadas, para obtenção de dados quantitativos.

Em termos socioeconômicos, esses produtores foram agrupados em classes de atividades indicando: produtores familiares e produtores que plantavam o básico para a subsistência.

Os dados levantados foram tratados como registro, num diagnóstico da situação do Município. Relatavam-se as observações sobre a nossa percepção e comentários dos entrevistados.

Os produtores, na maioria dos casos, trabalhavam com a ajuda só da esposa, sem folgas de fim de semana, feriado ou férias. Deparamos com agricultores descapitalizados, sem renda que lhes permitisse contrair empréstimo, nem acesso à tecnologia, portanto à margem do processo de crescimento.

Foram preenchidos 28 questionários e, para facilitar a compreensão, dividimos os dados em blocos, compreendendo os seguintes aspectos teóricos empíricos:

Características gerais das propriedades

Foram levantados dados de localização e tamanho da propriedade. Buscava-se saber se era tradição familiar ou se a pessoa passou a morar na roça depois de adulto.

Constatamos que a maioria era de pequenas propriedades das quais a maior parte estava na faixa de 3 hectares. Alguns agricultores não souberam dizer ao certo qual o tamanho e vários não tinham título de posse, sendo que muitas das propriedades eram espólio de família.

A grande maioria nasceu no local e alguns saíram para trabalhar fora, mas voltaram, pois alegaram que era mais difícil empregar-se na cidade.

Produtores

Era preciso saber quais eram os atores da produção, se tinham empregados, fixos ou temporários, se os filhos trabalhavam com eles e se eram incentivados a permanecer no campo.

Normalmente o trabalho era feito pelo casal, com ajuda dos filhos que estavam em idade escolar. Dos vinte e oito entrevistados, vinte e seis incentivavam os filhos que completavam o Ensino Médio a arrumar trabalho na cidade, com carteira assinada, férias e direitos trabalhistas.

Uma das famílias esperava que houvesse melhoria das condições de sobrevivência no campo, para que os dois filhos que trabalhavam em São Paulo pudessem voltar a viver na comunidade.

Produção

Era preciso saber o que se produzia, para quem (o mercado) e como (as técnicas e operacionalizações sustentáveis).

A produção de milho e feijão era unanimidade entre os entrevistados. Havia aqueles que plantavam banana, café e batata (doce e inglesa). Praticamente em todas as propriedades havia horta com plantações mais tradicionais, como alface, jiló, serralha, almeirão, couve, cebolinha e salsinha.

Dos entrevistados, vinte e um produziam apenas para a subsistência. Uma das entrevistadas vendia produtos da horta nas ruas de Ouro Preto. (É comum encontrar mulheres com balaios de verduras em vários pontos da cidade. Também brotos da samambaia, colhidos nas reservas ecológicas da região, embora o consumo seja questionado por pesquisadores da Escola de Nutrição da UFOP).

Um produtor, que chegou a fornecer salsinha e cebolinha para a merenda escolar (em 2012), e para uma fábrica de linguiça em Belo Horizonte, disse que chegou a produzir quinhentos quilos por semana. Em 2013 diversificou a produção, mas saiu do PNAE. Como trabalhava somente com a mulher, achava mais fácil fornecer a produção somente para os sacolões e feirantes de Mariana, Itabirito e Ouro Preto. Alegou que encontrou dificuldade em adequar o período em que a produção estava no ponto com a data em que a escola fazia o pedido,

Quando eu saio para fazer a entrega, o serviço aqui fica parado, além de gastar muito tempo indo a todas as escolas acho difícil coincidir a época da colheita com o calendário de aula.
(Produtor 1, 2013).

Entrevistamos também produtoras de ovos que entregavam a produção para escolas municipais. Para a subsistência, plantavam milho, feijão e hortaliças.

Conhecemos um senhor que estava se organizando para criar rãs na propriedade que adquiriu depois de se aposentar. Ele nasceu na roça, lá viveu até completar trinta anos, saiu para trabalhar na cidade e pretendia trabalhar com um ranário em sociedade com um amigo.

Interações e Apoio institucional

Era preciso ter informações sobre crédito rural, preparação para o trabalho e assistência técnica de órgãos do governo.

Havia um projeto da Prefeitura de Ouro Preto, em parceria com a Emater, para produção de ovos caipiras. O projeto teve início em outubro de 2010 envolvendo 12 famílias da localidade de Mata dos Palmitos, no Distrito de Santa Rita de Ouro Preto. A Secretaria de Agropecuária distribuiu material para construção dos galinheiros, 1.200 franguinhas com 18 dias de vida e ração para o crescimento e o início da postura, além do apoio técnico e aplicação de vacinas. Mas somente sete produtores continuavam no projeto. Entrevistamos três produtoras que disseram que o custo de produção estava muito alto, em função do preço da ração. Estavam recebendo ajuda da Prefeitura de Ouro Preto para manter a produção, até que conseguissem se firmar.

O produtor de salsinha adquiriu estufas, com financiamento do PRONAF. Os demais não utilizaram nem o crédito rural, nem a assistência técnica da Emater ou da Secretaria de Agropecuária.

Participação em Entidades

Todos os entrevistados eram sindicalizados, treze faziam parte da Associação dos Produtores Agrícolas de Piedade e Região.

Aspectos da Produção

Era preciso detectar se a maior dificuldade estava na produção ou na venda e como se davam. Pelo menos a metade dos entrevistados alegou que estava na venda da produção. Alguns creditavam essa dificuldade à escassez de mão de obra e outros à dureza do trabalho no campo.

Como nosso foco era entender onde estava a dificuldade para produzir em escala suficiente para atender à demanda do PNAE, decidimos aplicar outro questionário, para os produtores que forneciam alimentos para a merenda escolar, visando a detectar como seria possível aumentar a produção e diversificação dos itens, levando maior número de pequenos produtores a ter acesso às políticas governamentais.

4.1 Condições da Agricultura no Município de Ouro Preto

As visitas e o primeiro questionário aplicado mostraram que os produtores estavam, na grande maioria, descapitalizados, não tinham grande estrutura instalada, preferiam trabalhar sozinhos. Assim, mesmo com a abertura do mercado institucional do PNAE, encontravam barreira para efetivamente usá-lo.

A atividade agrícola, na região de Ouro Preto, é predominantemente de pequenos agricultores e a produção para consumo próprio ou local. As principais culturas atuais da região são milho e feijão (para subsistência), arroz e horticultura.

Neste estudo foram apontados como principais entraves para o desenvolvimento do setor agropecuário ouro-pretano, além da falta de crédito, da baixa produtividade e do baixo nível tecnológico, as estradas que ligam os estabelecimentos rurais à sede, algumas das quais com deficiências durante o ano todo.

A Prefeitura Municipal de Ouro Preto sancionou, em 18 de maio de 2010, a Lei n.º 559, que dispõe sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agropecuária e Agroindústria do Município de Ouro Preto, revogando a Lei Municipal n.º 56, de 4 de dezembro de 1990.

Citamos os artigos . 2.º e 3.º:

- I – atender aos produtores rurais do município de Ouro Preto priorizando a agricultura familiar com vistas ao desenvolvimento da Agropecuária Municipal;
- II – proporcionar maior facilidade aos agricultores, favorecendo a prática de trabalhar a terra, com vistas à melhoria da produtividade da exploração agropecuária;

III – motivar o produtor a expandir sua área de exploração aproveitando o potencial existente e aprimorando a qualidade de seus produtos através da utilização de tecnologia moderna;

(...)

V – favorecer os produtores na recuperação e conservação do solo;

VI – favorecer a implantação de pequenas agroindústrias nas comunidades rurais do Município;

VII – favorecer a aquisição pelos produtores rurais de insumos agropecuários;

VIII – proporcionar infra-estrutura básica para o desenvolvimento socioeconômico das famílias rurais;

(...)

X – oferecer curso de capacitação na área rural;

Art. 3º Compõem este programa a prestação de serviços de apoio relacionados com:

(...)

II – criação de pequenos animais;

III – cultivo de frutas de clima subtropical e temperado;

IV – transformação de produtos primários (agroindústrias);

(...)

VI – organização rural e comercialização;

VII – produção de alimentos básicos;

(...)

4.2 Distritos de Ouro Preto

O território abrangido por este estudo tem divisão territorial datada de 2007. O Município de Ouro Preto é constituído de 12 distritos: Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita do Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu, com população apresentada na tabela 3.6.

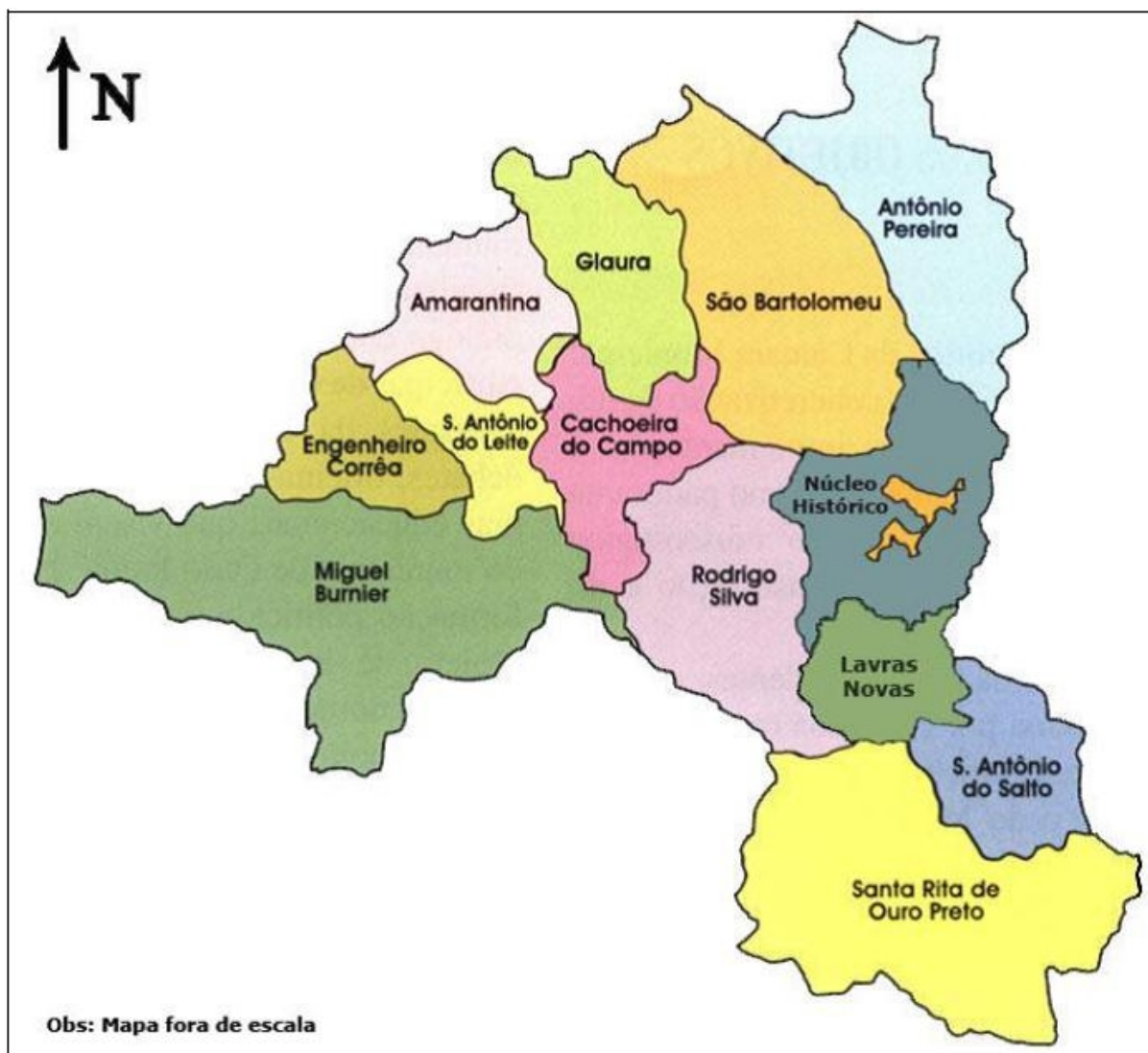
Tabela 3.6 – População dos Distritos

Distritos	Rural	Urbana	Total
Amarantina	1.914	1.025	2.939
Antonio Pereira	3.887	18	3.905
Cachoeira do Campo	6.527	1.175	7.702
Engenheiro Correia	104	288	932
Glaura			1.600
Lavras Novas	1.000	2.000	3.000
Miguel Burnier	572	482	1.054
Rodrigo Silva	428	914	1.342
Santa Rita de Ouro Preto	2.874	1.714	4.588

Santo Antônio do Leite	1.339	142	1.481
Santo Antônio do Salto	532	634	1.166
São Bartolomeu	233	603	836

IBGE, 2007

No mapa abaixo, os 13 distritos existentes no município, tem comunidades que estão distantes 50 Km da sede do município. Muitas delas como a Serra dos Cardosos, por exemplo, são muito povoadas, lá vivem 40 famílias com mais ou menos 170 moradores.



Mapa 1 - Município de Ouro Preto (MG) com os Distritos

Dados da pesquisa feita pela professora Solange Fortes (1996), complementados com pesquisa feita no Portal *ouropreto.com*, trazem uma descrição dos distritos, que optamos por transcrever, em razão principalmente da abordagem que mostra a característica agrícola de cada um deles.

Amarantina

A crise de fome, que acometeu a população de Vila Rica por volta de 1700, levou inúmeras pessoas a procurar um local próximo às minas que lhes permitisse o cultivo e a criação de animais para garantir a alimentação.

Um dos fundadores do local, Paulo Ferreira da Silva, possuidor de carta de sesmarias da maioria das terras do povoado, provavelmente cedeu o terreno para as obras da nova igreja. A região notabilizou-se pela produção agrícola, produzindo café no final do século XVIII. O movimento do comércio de tropas reduziu-se a partir de 1854 com a construção da estrada de ferro. Amarante precisava então renovar a sua economia, iniciando a produção de café na região, intensificando a produção de hortifrutigranjeiros para comercialização. Em 1943 o distrito recebe o nome atual – Amarantina – iniciando a plantação de alho que se notabilizaria pela quantidade e qualidade da produção. O distrito sobrevive principalmente da produção de alho, chegando a ser o maior produtor do Brasil. Essa produção foi muito importante de 1920 a 1970 quando uma “praga” acabou com a produção. A economia local passou a girar em torno da intermediação da venda de batata vinda do sul do país e distribuída por toda Minas Gerais. O asfaltamento da estrada determinou o fim da economia local com muitas pessoas se mudando para as áreas urbanas em busca de serviço. Ficaram no local as famílias mais antigas que tinham fincado ali suas raízes e os sitiantes que tinham como sobreviver.

Atualmente Amarantina é um distrito composto em sua maioria por pequenos sitiantes, produtores de hortifrutigranjeiros.

Segundo dados da secretaria de turismo de Ouro Preto, a população urbana é de 1.914 e a rural de 1.025, perfazendo um total de 2.939 moradores.

Antônio Pereira

O bandeirante Antônio Mateus Leme, o capitão Antônio Pompeu Taques e o Padre João de Inhaia fixaram-se no Arraial do Bom Fim do Mato Dentro, primeiro nome das fazendas do Barbaçal, Mateus das Moças e da Rocinha.

Os anos vão se passando, o ouro vai se tornando escasso e a mineração de pedras preciosas é dificultada pelas erosões e soterramentos. A decadência do ouro trouxe o declínio econômico da região. Na entrada do século, a grande mineração é substituída pela garimpagem e agricultura de subsistência. Parte dos casarões foram abandonados, os que se mantiveram, viviam da roça e algumas fazendas plantavam fumo para fabricação de cigarros, de excelente qualidade, feitos principalmente pelas mulheres de Antônio Pereira e vendidos em Ouro Preto e Mariana. Possui 3.905 habitantes, que convivem com a falta de emprego para os jovens. A grande maioria está na zona urbana, 3.887, somente 18 habitantes estão no meio rural. Distante 14 Km de Ouro Preto.

Cachoeira do Campo

Deveu-se a sua fundação à amenidade do seu clima, a regular fertilidade de seu solo e ao encanto de suas belas paisagens.

O Colégio Dom Bosco, antigo quartel até o ano de 1896, já funcionou como internato com ensino regular para meninos. Depois tornou-se escola agrícola e atualmente é exercido o ensino fundamental de 5 a 8 séries.

Há também o “Retiro das Rosas”, um mini-centro de convenções com diversas salas capazes de atender a grupos variados para retiros, reuniões e congressos, priorizando os encontros com fins educacionais. As obras salesianos empregam aproximadamente 80 pessoas nas atividades educacionais, nos serviços de hospedagem e na agricultura. O comércio, a agricultura e a pecuária são suas principais atividades econômicas. É tradicional a Festa da Jabuticaba, que acontece no final do ano.

Sua população urbana é de 6.527 habitantes, e a rural de 1.175, totalizando 7.702 moradores.

Engenheiro Correia

A região banhada pelo Ribeirão Sardinha era composta por diversas fazendas, nelas havia serviço de mineração e cultivo de alimentos. O marco central do arraial era a fazenda das Tamancas. Nessa fazenda foi construída uma estação da rede ferroviária. O trem levava leite, carnes, ovos e frutas produzidos no distrito e vendidos em Ouro Preto, Raposos, Itabirito e Belo Horizonte. Além disso, existiam pequenas indústrias caseiras produtoras de fumo de rolo. Atualmente a maioria das pessoas trabalha fora do distrito ou pratica agricultura de subsistência.

Glaura

Enquanto o ouro floresceu, a região conheceu intenso processo de remoção de pedras, sendo imensas as imensas escavações feitas ao lado das ruínas das antigas fazendas. O comércio sustentou o desenvolvimento local e a população dedicou-se à produção de hortifrutigranjeiros e pecuária são comercializados em toda Minas Gerais. É assim que a região se manteve até meados do século XX. A decadência econômica levou a população a intensificar a produção de hortifrutigranjeiros, dando à maioria das casas aparência de pequenos sítios. O distrito produz frutas durante todo o ano e os doces caseiros também são de boa qualidade. Parte da população masculina se empregou na mineração de Morro Velho nas décadas de sessenta e setenta, e grande número de famílias se mudou para Nova Lima. Os que ficaram dedicam-se à agricultura, pecuária, carvoaria, produção de doces, queijos, etc. Distante 25 quilômetros de Ouro Preto.

Lavras Novas

Durante o século XIX, viveu sozinha e isolada. Os escravos que trabalhavam na região dormiam na Fazenda do Manso. Os casamentos aconteciam entre as famílias do local, eles não tinham preocupação com a propriedade da terra, era de consenso que ela pertencia à santa. A comunidade era autossuficiente na alimentação e a agricultura de subsistência também era praticada por todos. As doenças eram

curadas com as ervas locais devido a dificuldade em se conseguir médico e remédios. Para conseguir dinheiro, produziam cestas, balaios, enfeites, cadeiras, etc. trabalhados em taquara. As mulheres recolhiam nas matas da região, o bambu e os homens levavam os produtos para serem vendidos em Ouro Preto e, com o lucro, compravam pano, sal, açúcar e outros objetos que não eram produzidos na região. Quando a Fazenda do Manso inicia o cultivo do chá, as pessoas da localidade, principalmente as mulheres, vão trabalhar na fazenda. Posteriormente parte da população, inclusive mulheres, vai trabalhar no serviço de reflorestamento de eucalipto. O artesanato em taquara, já foi atividade de toda a comunidade, hoje é realizado por no máximo dez famílias. Sua lucratividade poderia ser muito maior se houvesse uma cooperativa encarregada das vendas. Distante 13 Km de Ouro Preto.

Miguel Burnier

Região a 40 Km de Ouro Preto, composta por fazendas mineradoras de ouro. Dentre as mais antigas podemos destacar a do alemão no alto da Serra do mesmo nome e a de Nossa Senhora da Conceição, única com capela que tinha autorização para realizar os serviços religiosos. As fazendas do rodeio vão aos poucos diminuindo a atividade mineral e aumentando a atividade agrícola. O distrito procura uma nova forma de se revitalizar.

Rodrigo Silva

A Fazenda de Boa Vista é a referência mais próxima que se tem de Rodrigo Silva no século XVIII, também são encontradas referências da Fazenda denominada Capão do Lana, situada nas imediações. Além da extração do topázio e do movimento da ferrovia, sempre foram praticadas no distrito a agricultura e a pecuária, principalmente de gado leiteiro, constituindo-se em fonte de renda para muitas famílias. Distante 18 Km de Ouro Preto.

Santa Rita de Ouro Preto

O bandeirante Martinho de Vasconcelos foi um desses desbravadores que resolveu explorar as margens do Ribeirão do Falcão, percorrendo praticamente toda a extensão, sem encontrar o metal. Isso por volta de 1700, período em que a região das minas passava por uma crise de abastecimento, ele resolveu montar uma fazenda, iniciando o cultivo de alimentos, cana-de-açúcar, café, e também a criação de bois. Na fazenda cultivavam café, milho, feijão, batata e leite. Apenas 25% da população mora na sede do distrito, o resto se espalha pelos 19 subdistritos e vivem basicamente da produção agrícola. Saindo da sede, o distrito é dotado de belas fazendas e sítios que produzem hortifrutigranjeiros. Devido ao seu tamanho e potencialidade de crescimento, Santa Rita poderá vir a ser uma das regiões mais desenvolvidas do interior de Ouro Preto.

Santo Antônio do Leite

A Fazenda Bananal, que abrangia grande parte do território de Santo Antônio do Leite com seus limites chegando a São Julião, era produtora de banana e de outros gêneros agrícolas. A maior parte da população ainda vive da agricultura. Distante 25km de Ouro Preto.

Santo Antônio do Salto

A Fazenda das Bandeiras, Fazenda do Salto, que minerava na região, praticando também a agricultura. A comunidade dedicou-se a agricultura e à pecuária, destacando-se na produção de banana, que era vendida em Ouro Preto. O que mais encanta no Salto é a grande beleza na paisagem e a exuberância da natureza, praticamente intocada, com cachoeiras bastante singulares e as águas mais cristalinas das redondezas.

São Bartolomeu

As fazendas se desenvolveram, e a agricultura estava presente em todo o local. Tinha muita abundância de frutas. Para não perdê-las na época de safra, os habitantes do lugar iniciaram a fabricação do doce. A marmelada deu fama ao local, sendo produzida e vendida a todos os viajantes que passavam pelo arraial. A mineração persiste até o século XIX, entretanto o comércio entra em declínio muito rapidamente. Para sobreviver a população se dedica a agricultura e a fabricação de doces. O marmelo, planta nativa do local, começa a desaparecer. Não conseguindo replantá-lo, começam a produzir doce de goiaba, e de outras frutas do lugar como pêssego, laranja, cidra, etc. que muito rapidamente ganham fama. A produção é familiar e para se fazer um bom doce o segredo é o “ponto”, ou seja, saber o momento certo de retirá-lo do fogo. Esse processo é ensinado de pai para filho. Nos quintais são montados pequenos fogões a lenha e o doce é sempre cozido em tachos de cobre. Todas as famílias de São Bartolomeu sabiam fazer doce, as que não vendiam faziam para consumo doméstico. Sendo um dos maiores distritos de Ouro Preto, São Bartolomeu tem a importante responsabilidade de guardar toda a área verde das nascentes do Rio das Velhas. A Área de Proteção Ambiental da Cachoeira das Andorinhas abrange 90% do distrito constituindo-se na maior área de proteção do município.

4.3. Aspectos Socioeconômicos do Município

Muitas pessoas plantam hortaliças, banana e feijão e conseguem esporadicamente algum trabalho como diaristas para suprir outras necessidades.

Almeida (2006) enfatiza que os problemas econômicos e sociais persistem há anos na região de Santa Rita de Ouro Preto. Vimos que o mesmo se dá em muitas propriedades nos demais distritos. A sustentabilidade espacial, voltada para o equilíbrio rural-urbano, ficava ameaçada, pelas dificuldades encontradas para a continuidade da produção artesanal, de base rural, pela baixa qualidade e escassez de matéria-prima, agravada pela exploração mineral desordenada, de caráter clandestino, levando o homem rural para os centros urbanos, à procura de emprego e renda.

Os produtores familiares entrevistados eram principalmente dos distritos de Amarantina, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia e Santa Rita do Ouro Preto (sede da Associação de Produtores Rurais do Município de Ouro Preto).

Santa Rita de Ouro Preto tinha ligação intensa com o comércio desde os tempos coloniais, segundo relato de produtores cujos antepassados se fixaram na área, quando o distrito se distinguiu pela produção e comercialização de gêneros alimentícios, sendo famosas as “tropas de burros” para transporte de víveres para a cidade de Ouro Preto. Os animais ainda eram utilizados para transporte de curta distância e para pequenas quantidades da cana-de-açúcar entre a lavoura e o alambique, no período de produção.

Os produtores familiares juntamente com os produtores comerciantes, na área de Santa Rita do Ouro Preto, tinham a maior diversidade de produção. As famílias produziam milho, feijão, banana e café, além da pecuária de leite. Todos mantinham pomares, hortas de verduras e legumes. Alguns tinham gado e produziam o queijo tipo minas, feito artesanalmente pelas mulheres. Este é um alimento tradicional, um complemento alimentar na mesa do agricultor, podendo vendê-lo *in natura*. A esta produção caseira, que faz parte do trabalho da mulher, somam-se os denominados *produtos caseiros*, como bolos, biscoitos de polvilho, pães de queijo, doces de frutas da época e outras guloseimas que se destacam na culinária local. Essas mulheres usam o saber fazer tradicional adquirido das mães.

Outro produtor entregava fubá em todas as escolas. Duas mulheres, detentoras de DAP, produziam e forneciam mel para todas as escolas. O mel era dado aos estudantes em sachês, com a vantagem de não ser perecível como os demais gêneros, possibilitando a compra de maior quantidade, com facilidade de armazenamento.

4.4 Dados da Segunda Etapa de Entrevistas aos Produtores

A listagem do Ministério do Desenvolvimento Agrário de agricultores com DAP, no Município de Ouro Preto, no período de julho de 2013 a julho de 2014, indica oitenta e oito produtores, todos membros da Associação dos Agricultores Familiares de Piedade e Região.

Os dados da amostragem basearam-se nos dados da Secretaria Municipal de Educação para produtores que forneciam gêneros para a merenda escolar de Ouro Preto. Anexamos os questionários de três produtores, que entregaram gêneros nas escolas estaduais localizados no Município de Ouro Preto. Escolheu-se esses questionários, para mostrar a diversidade de características desses produtores.

Estabelecimento I

O primeiro estabelecimento familiar era de um produtor que, juntamente com a esposa e o filho que estudava pela manhã, “tocava a roça”. O outro filho do casal, depois que completou dezoito anos, saiu para trabalhar fora com carteira assinada e, segundo o pai, todos os benefícios, como férias e folga aos sábados e domingos e feriados.

A propriedade ficava no Distrito de Amarantina. Havia doze anos que a terra dos pais foi dividida entre os irmãos e coube a ele três hectares. Produzia salsa, cebolinha, couve, alface, inhame, quiabo, brócolis, mandioca, milho e feijão para consumo. Era o que encontramos lá no dia da visita. O produtor não possuía grande recurso tecnológico, apenas uma plantadeira de mudas de alface desenvolvida por ele e um tratorzinho movido a diesel. Forneceu salsinha e cebolinha para a merenda escolar em 2012 e chegou a produzir quinhentos quilos por semana. Em 2013 diversificou a produção, mas saiu do PNAE. Optou por vender a produção para feirantes e sacolões da região, pois alegou que encontrou dificuldade em adequar o período em que a produção estava no ponto com a data do pedido da escola.

Era membro da Associação dos Produtores Agrícolas de Piedade e Região, órgão que emitia a nota fiscal para a venda dos produtos para as escolas. A Associação ficava com 10% do valor da nota. Antes eram 5%, mas o valor ficou alto, na opinião dele.

Utilizou financiamento do PRONAF e construiu estufas para o cultivo de hortaliças.

Estabelecimento II

O segundo produtor residia numa comunidade chamada Ponte Queimada, no Distrito de Engenheiro Correia. A família vivia em Belo Horizonte, mas se mudou para a roça havia 11 anos. Ele trabalhava como mecânico. Trabalhavam juntos ele o pai, a irmã e a esposa.

A entrevista foi feita na escola no momento em que ele fazia a entrega de inhame, abóbora moranga e beterraba. Plantavam em uma área de cinco hectares e a propriedade tinha vinte e cinco hectares, dos quais quinze eram agriculturáveis. Para a próxima licitação forneceriam repolho, abobrinha italiana e cenoura vermelha. A abóbora moranga já tinha sido colhida, uns cinco mil quilos. Pretendia aumentar a produção, além de diversificá-la.

Estabelecimento III

O produtor estava aposentado, era músico e viveu quatro anos em São Paulo. Havia dois anos que fornecia inhame, couve, cebolinha, salsa, alface para o PNAE. Contava com a ajuda de um filho que tinha limitações psicológicas. Antes de entregar os produtos nas escolas, perdia muita mercadoria. Mas a venda garantida facilitou para comprar carro e arrumar a casa. Além dos gêneros para comercialização, produzia mexerica e laranja, em escala suficiente para consumo. Pretendia aumentar e diversificar a produção.

Encontrava dificuldade na entrega para as escolas estaduais, visto que percorria todas as nove. Na semana em que estivemos com ele, entregou cinco quilos de alface, cinco de couve e dois quilos e meio de cebolinha e salsinha na Escola Estadual Dom Velloso.

4.5. Terceira Etapa de Entrevistas Feita aos Diretores das Escolas

É necessário evidenciar que os atuais programas do governo, como o PRONAF e o PNAE, são importantes medidas para o desenvolvimento da agricultura familiar, porém sua efetivação e implementação não atingiam número significativo de produtores no Município de Ouro Preto. Somente quarenta e dois produtores preencheram os pré-requisitos do PNAE e atenderam à chamada para fornecimento de produtos para as escolas municipais e estaduais durante o ano de 2013. Mas a demanda era maior e podia ser ampliada, conforme dados levantados nesta pesquisa.

Durante as entrevistas, muitos dos pequenos proprietários das 28 famílias consultadas (65%) disseram nunca ter ouvido falar da possibilidade de obtenção de recursos do PRONAF, outros tinham dificuldades para atender às exigências bancárias e cumprir formalidades para obtenção do crédito rural. Alguns sequer possuíam escritura da terra, muitas vezes espólio de família, o que dificultava a obtenção da DAP.

Para obtenção de informações sobre a demanda escolar por produtos da agricultura familiar, foram realizadas pesquisas em nove escolas estaduais do Município de Ouro Preto. As entrevistas para os questionários foram feitas com o diretor, exceto em duas, nas quais as informações foram disponibilizadas pelo assistente técnico financeiro (ATB). Esse profissional era responsável por conferir os gêneros recebidos, expedir a nota fiscal avulsa para o produtor e fazer a contabilidade dos recursos recebidos para a compra da merenda escolar.

O número de alunos matriculados em cada escola era a referência para o cálculo das quantidades obrigatórias de produtos que deviam ser adquiridos na agricultura familiar. Em 2009, não houve fornecedor capacitado no Município de Ouro Preto para atender a essa demanda, portanto não houve a compra exigida pela legislação e os órgãos governamentais “perdoaram as escolas”. Nos anos seguintes, 2010, 2011 e 2012, as escolas estaduais fizeram licitação coletiva para a aquisição de produtos, mas não foi possível atingir a porcentagem exigida pela legislação. Em 2013, as escolas estaduais voltaram a fazer o processo individualmente. Segundo as diretoras, houve tempo para que se fizesse um trabalho com os produtores e o processo “deu mais certo”.

A Emater, fazendo o cadastro dos produtores no PNAE, emitindo a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e orientando os agricultores para boas práticas de produção, entre outros motivos, desempenhou importante papel neste trabalho. Destaca-se que o número de produtores aumentou, mas ainda era insuficiente para atender à demanda que se apresentava: “Esse ano está bem melhor, mas pode e precisa melhorar”.

Na tabela 4.7, são apresentadas as Escolas Estaduais entrevistadas com o respectivo número de alunos em cada. Lembramos que também são atendidos os alunos de tempo integral e EJA, apresentados na tabela abaixo.

Tabela 4.7 – Número de Alunos Atendidos pelo PNAE

Escola Estadual	Infantil	Ens. Fund.	Ens. Médio	Tempo Integral	EJA/Contabilidade/Magistério	Total
José Leandro	-	616	266	50	-	882
Horácio Andrade	-	574	269	-	190	1.033
Dom Pedro II	-	-	980	-	-	980

Ouro Preto		225	464	50	*20	709
Dom Veloso	-	711	-	-	**59	770
São Gonçalo de Amarantina	-	-	140	-	56	196
Padre Afonso de Lemos	-	343	699	182	156	1.198
Nossa Senhora Auxiliadora	480	-	-	-	-	480
Marília de Dirceu	-	730	-	75	-	730
Total						6.978

Org. da autora

*Técnico de Contabilidade **Magistério

Houve uma demanda expressiva nas escolas estaduais do Município de Ouro Preto de produtos da agricultura familiar, conforme se observa na Tabela 4.9, para o período de agosto a dezembro de 2013. É um fato que traz bons prognósticos para a melhoria e expansão da oferta de produtores familiares nos anos vindouros. Um dos pontos que asseguram essa melhora é que, antes da licitação, é apresentado um quadro, pela Emater, dos gêneros que podem ser licitados. Mas nem todos os gêneros são suficientes para atender a todas as escolas. O exemplo mais citado é o do feijão, que poucas escolas conseguem receber. Além disso, outros gêneros nem são ofertados, como o arroz e algumas frutas, como maçã, maracujá e limão.

Os gêneros entregues as escolas são apresentados na tabela 4.8, a seguir e chama a atenção o montante de feijão entregue na Escola Padre Afonso de Lemos. Nas demais escolas, José Leandro, Horácio Andrade, Dom Pedro II, Dom Veloso, Amarantina e Nossa Senhora Auxiliadora embora houvesse demanda, não há fornecimento do feijão, por não haver produtor apto a fornecer o gênero.

Tabela 4.8 – Total de Produtos Entregues às Escolas Estaduais, em quilogramas. Município de Ouro Preto (de agosto a dezembro de 2013)

Gêneros	Escola Estadual									Total (kg)
	José Leandro	Horácio Andrade	Marília de Dirceu	Dom Pedro II	Ouro Preto	Dom Veloso	Amarantina	Padre Afonso de Lemos	Nossa Senhora Auxiliadora	
Abóbora moranga	-	180	36	225	135	120	10	120	60	886
Abobrinha italiana	90	90	36	63	90	200	-	-	40	609
Alface	126	108	72	72	90	100	-	120	80	768
Banana	360	1.000	360	540	180	750	-	500	350	4.040
Batata inglesa	600	540	150	450	270	500	100	480	300	3.390
Beterraba	90	90	54	63	135	150	-	120	40	742
Canjiquinha	-	180	36	60	180	25	10	-	35	526

Cebolinha	18	54	18	54	22	40	-	16	20	242
Cenoura amarela	162	180	27	126	180	300	-	-	40	1.015
Cenoura vermelha	162	270	27	180	180	200	-	320	100	1.439
Couve	108	90	36	72	90	140	-	120	40	696
Feijão carioquinha	-	-	68	-	350	-	-	960	-	1.378
Feijão roxinho	-	-	67	-	100	-	-	-	-	167
Fubá	-	270	30	50	90	150	10	60	70	730
Inhame	162	270	23	126	180	150	20	75	100	1.106
Mandioca	240	540	36	162	270	400	20	480	400	2.548
Melzinho	90	40	20	-	180	125	-	40	30	525
Repolho	120	90	18	72	180	120	-	120	20	740
Rosquinha de leite	-	-	45	540	180	500	-	-	200	1.465
Salsa	18	54	18	54	22	40	-	16	20	242
Tomate	180	180	50	216	180	200	-	480	100	1.586

Org. da autora

Pelas respostas ao quesito **Como classificaria o programa (PNAE)**, todos foram unânimes em afirmar que era muito bom. “É maravilhoso receber o alimento fresquinho, além de encontrar com o produtor sorridente, entregando seus produtos.”

Pelas respostas ao quesito **Pode melhorar**, todos concordavam e sugeriam para isso o aumento do número de participantes com o consequente aumento na variedade de gêneros. Acreditavam ainda que a mídia podia ajudar, fazendo uma divulgação maior em âmbito estadual. Consideraram também que devia ser menos burocrático, permitindo que produtores menores vendessem sua produção.

Apresenta-se abaixo, tabela 4.9, gêneros que foram apontados pelos entrevistados como demanda não atendida do produtor familiar.

Tabela 4.9 - Demanda de Gêneros das Escolas Estaduais não Atendida pela Agricultura Familiar

Farinha de mandioca	Pepino	Ovos	Chuchu
Feijão	Limão	Mostarda	Alho
Doce de fruta	Abacaxi	Cebola (branca)	Couve-flor
Mussarela	Manga	Pimentão	Rúcula
Iogurte	Maracujá	Quiabo	Arroz
Queijo	Melão	Melancia	Feijão
Vagem	Morango	Brócolis	Leite
Mamão	Almeirão	Maçã	Carne

Org. da autora

Atualmente, pela legislação em vigor, para participar da licitação, o produtor deve ser detentor da DAP. Pelas características do morador da zona rural de Ouro Preto, isso ainda

é complicado, pois são muitas as exigências e um número grande de produtores não se encaixa. “Se houvesse uma abertura maior poderia ampliar a oferta e atenderia um número maior de produtores, se fosse menos burocrático.”

Alguns entrevistados consideraram que a Prefeitura Municipal de Ouro Preto devia incentivar, oferecendo transporte e melhorando as condições gerais, para que maior número de produtores pudesse participar. Acreditavam também que os produtores tinham de ser orientados e preparados, mas que a Emater não tinha estrutura suficiente para organizar esse trabalho.

Quando indagados sobre a **Elaboração do cardápio**, a maioria respondeu que utilizava como referência o cardápio da Superintendência Regional de Ensino (SER), elaborado por nutricionista, mas fazia adaptações de acordo com os gêneros disponíveis.

De acordo com as respostas ao quesito **Responsável pela preparação dos alimentos**, todas as escolas possuíam uma cantineira e um auxiliar de serviços gerais com atribuições próprias. Os entrevistados informaram que, com a preparação de legumes, o trabalho da cantineira aumentava bastante, havendo necessidade de ampliação do quadro de pessoal.

Sobre a **Frequência com que o cardápio é servido**, todos responderam que era uma refeição por turno, até para os alunos do turno da noite, da EJA e do Ensino Técnico. As escolas que atendiam ao Ensino Fundamental possuíam alunos do Projeto de Tempo Integral (PROETI). Para esses alunos eram oferecidas três refeições por dia.

Causou surpresa o quesito **Campanhas para fomentar hábitos saudáveis**. Todos os respondentes disseram que os alunos gostavam de legumes, verduras e frutas e não que havia dificuldade em inseri-los na alimentação escolar.

Sobre os **Benefícios dos gêneros do agricultor familiar** para os alunos, foram enfáticos em afirmar que a alimentação era de melhor qualidade, variada e nutritiva. O sabor era outro. “Até 2007, não era servido para o ensino médio. O aluno passava mal de fome na escola. Melhorou o rendimento escolar.”

O montante de gastos apresentados na tabela 4.10, mostra que não houve cumprimento do previsto em lei, qual seja 30% do valor destinado a aquisição pelo PNAE do agricultor familiar.

Tabela 4.10 - Valor Recebido por Escola, Gastos com a Compra ao Agricultor Familiar

Ano	José Leandro	Horário Andrade	Marília Dirceu	Dom Pedro II	Ouro Preto	Dom Veloso	Amarantina	Padre Afonso Lemos	Nossa Senhora Auxiliado ra
2009	-			-	-	-	-	-	

2010	-	-	-	-	50.700,00	-	-	-	-
30%					15.210,00				
					não				
2011	-	-	-	-	46.500,00	-	-	-	-
30%					13.950,00				
					não				
2012	53.520,00		57.400,00	67.270,00	45.720,00	8.100,00	67.000,00		-
30%	16.056,00		17.220,00	20.181,00	13.716,00	2.430,00	20.100,00		
Gastou	9.180,60		3.895,80		6.073,00	1.500,00	13.900,00		
2013	51.720,00	61.000,00	42.280,00	58.180,00	42.420,00	40.820,00	6.300,00	62.450,00	28.200,00
30%	15.516,00	18.300,00	12.684,00	17.454,00	12.726,00	12.246,00	1.890,00	18.735,00	8.460,00
1. sem.	*4.138,40		*3.853,60		*11.103,40				**12.100,00
	**12.281,40		**19.003,20						
Total									

Org. da autora

*Já gastos

**Estimativa de gastos

Sobre atrasos na **Entrega dos pedidos**, os responsáveis afirmaram que os produtores eram muito pontuais. Foi observado que algumas escolas colocavam observações no cronograma de entrega, permitindo que o agricultor esperasse a época certa de colheita de alguns produtos, sem comprometer o calendário proposto. Citamos como exemplo o repolho, onde constava a observação: “sem previsão para entrega, avisaremos”.

Somente a diretora da Escola São Gonçalo, do Distrito de Amarantina, disse que encontrava problemas no recebimento dos gêneros. Destacou que a entrega deveria ser feita como ocorria com as escolas municipais: o produtor entregava todos os gêneros no almoxarifado central da Prefeitura Municipal e funcionários se encarregavam de encaminhá-los para cada escola. Um fato importante a se destacar é que não houve, em 2013, fornecedor do Distrito de Amarantina. Por outro lado, para a Escola José Leandro, localizada no Distrito de Santa Rita de Ouro Preto, a facilidade para receber os gêneros era bem maior, pois os fornecedores estavam nas imediações.

O preço de venda dos gêneros foi definido, em reunião conjunta: escolas, EMATER e Secretaria de Agropecuária. Fez-se, inicialmente, uma pesquisa de preço dos gêneros a serem oferecidos no mercado local e acréscimo de 30% (trinta por cento), obtendo-se o valor a ser pago ao produtor. Dessa forma, fornecer produtos às escolas passa a ser uma atividade atrativa para o produtor e segura para as escolas, pois não há oscilação expressiva de preços em caso de escassez de produtos no mercado. Evitam-se ainda variações de preços no momento da cotação e da entrega do produto, fato que ocorria anteriormente, segundo os entrevistados. O Programa também limita o valor que cada produtor familiar pode receber com produtos para as escolas no Município. Até 2012 cada produtor podia vender até R\$9.000,00 (nove mil reais), atualmente esse valor é de R\$20.000,00 (vinte mil reais).

Pode-se concluir, a partir desses dados, que a agricultura familiar do Município de Ouro Preto é promissora e pode representar importante segmento econômico, pois a demanda pelos gêneros dos pequenos produtores é maior que a oferta, e pode aumentar. Mesmo que a legislação determine a obrigatoriedade de gasto de pelo menos 30% dos recursos do PNAE com esses produtos, nada impede que esse valor seja bem maior, vai depender da diversidade na oferta de gêneros, inclusive da agroindústria.

5. Considerações Finais

Os programas de financiamento da agricultura familiar devem ir além do aspecto produtivista, baseando-se principalmente na diversidade da agricultura, na importância da estrutura familiar, na inclusão social e na preservação ambiental.

Almeida et. al. (2006), ao tentar desenvolver uma metodologia de análise de políticas públicas de segurança alimentar e desenvolvimento local rural, afirmam que os agricultores familiares e trabalhadores rurais muitas vezes enfrentam entraves institucionais e organizacionais que dificultam a participação nessas políticas.

O impacto positivo das políticas públicas de inserção dos agricultores familiares no mercado institucional da alimentação escolar representa ganhos, impactando no desenvolvimento local. Sua contribuição está na melhoria de qualidade da produção agrícola e na geração de emprego e renda, além da preservação da cultura e da paisagem natural, ao desenvolver sistemas agrícolas diversificados e sustentáveis.

O ambiente rural foi tratado como problema em tempos passados, mas, diante da crise do modelo de sociedade atual, Wanderley (2004) lembra que “novos olhares” estão sendo lançados para o meio rural, que, aos poucos está sendo visto como “portador de soluções”.

Hoje ocupando um lugar de destaque entre as políticas públicas, o PNAE deve ser alvo de acompanhamento ou avaliações contínuas, que permitam reorientá-lo, reformulá-lo ou mesmo reforçá-lo, de maneira a aperfeiçoar os recursos alocados, trazendo soluções como melhoria do emprego e qualidade de vida.

Vários são os problemas citados com referência à agricultura familiar no Município de Ouro Preto. Um deles é a precariedade das estradas vicinais, determinando dificuldade em entregar os gêneros em todas as escolas. Cita-se também o número reduzido de gêneros, a quantidade insuficiente para todas as escolas e a abrangência do PNAE, que deveria contemplar maior número de pequenos produtores, garantir padrões de qualidade higiênicos e sanitários exigidos no país e assegurar a regularidade do fornecimento.

Para que possamos ver o “espetáculo da sustentabilidade” acontecer, é preciso estabelecer e implantar programas de sustentabilidade, organizando a sociedade civil e caminhando ao lado da tecnologia. Isso significa tornar a sociedade mais inclusiva, definir como prioridade o cidadão, garantindo a participação de todos em um futuro comum.

Seria muito melhor economizar no uso da natureza, devido aos altos custos externos de suas respectivas depleção e poluição, e simultaneamente favorecer a ocupação de mão de obra capaz de reduzir o desemprego. Em poucas palavras, elevar a produtividade dos recursos naturais.

São limitadas as possibilidades de relação entre recursos naturais e trabalho, mas é preciso tirar o máximo partido das que existem. Realizar essa mudança incrementando a agricultura familiar é uma das alternativas, como uma questão de justiça social ou como uma forma de atenuar as sequelas do próprio modelo de desenvolvimento, como o desemprego e o êxodo rural.

Aumentar a eficiência e a eficácia das ações governamentais, no caso do PNAE, pode levar os agricultores familiares a aumentar a capacidade de organização e a ampliação de mercados diferenciados, sendo essencial a construção de parcerias. Incentivar o cooperativismo e o associativismo é alternativa de fortalecimento do PRONAF.

Destaca-se que, por ser Ouro Preto uma cidade histórica, patrimônio cultural da humanidade, há um estancamento do processo de urbanização da sede do Município, fator motivador para se criarem condições de subsistência da população em seus respectivos distritos. Além disso, promover a integração entre a comunidade científica e os formuladores de políticas públicas capacita os tomadores de decisão a agir de forma a reverter problemas relacionados com a valorização da agricultura familiar.

O impacto positivo das políticas públicas de inserção dos agricultores familiares no mercado institucional da alimentação escolar representa ganhos, impactando no desenvolvimento local. Sua contribuição está na melhoria de qualidade da produção agrícola e na geração de emprego e renda, além da preservação da cultura e da paisagem natural, ao desenvolver sistemas agrícolas diversificados e sustentáveis.

6. Recomendações para Futuros Trabalhos

√ Inserir a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), por meio de Projetos de Pesquisa e Extensão e prestação de serviços, na ampliação da Produção Agrícola Familiar no Município;

√ Incentivar os alunos dos cursos de Nutrição, Tecnologia de Alimentos, Biologia e afins a fomentar trabalhos acadêmicos com abordagem agroecológica;

√ Possibilitar que esta pesquisa seja ampliada, com participação das escolas municipais e federais;

√ Criar a cultura agrícola no Município cuja vocação é, basicamente, a exploração mineral, despertando principalmente as novas gerações, para outras opções de trabalho e renda;

√ Incentivar a prática do cooperativismo e associativismo na comunidade ouro—pretana;

√ Explorar a rede escolar municipal, cuja demanda é de 44 escolas, ampliando o fornecimento de maior quantidade de gêneros, incluída a agroindústria.

7. Referências bibliográficas

ALISSON, Elton. Perda de biodiversidade e a ameaça real mais importante enfrentada pela humanidade hoje. **Eco Debate**. Disponível em: <HTTP://www.ecodebate.com.br/>. Acesso em: 15 jul. 2013.

ALMEIDA, L. M.; PAULILLO, L. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. ; FERRANTE, V. B.. Políticas Públicas, Redes de Segurança Alimentar e Agricultura Familiar: elementos para construção de indicadores de eficácia. **Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)**, v. 14, p. 205-235, 2006.

ALMEIDA, Suzana de. **Lavra, artesanato e mercado do esteatito de Santa Rita de Ouro Preto, MG. Ouro Preto, 2006**. 123f. Il.; color. Dissertação em Engenharia Mineral.

ALTANGEREL, Tuya e HENAO, Fernando. **Agricultura sustentável: uma forma de escapar da pobreza alimentar**. Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, n. 104, fev. 2010. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager104.pdf>. Acesso: 20 de maio 2013.

AMOROZO, M. C. M. **Um sistema de agricultura camponesa em Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso, Brasil**. Tese de Doutorado em Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 269f. 1996.

AMOROZO, M. C. M. & KFURI, C. W. (Org.). **Agro biodiversidade no Brasil: experiência e caminhos da pesquisa**. Recife: NUPPEA, 2010. (Série Estudos Avançados).

ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE PIEDADE E REGIÃO. **Estatuto**. Ouro Preto: AAPRE , 2009.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é e o que não é pela**. Petrópolis, Editora Vozes, 2012.

CARRARA, Angelo Alves. **Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais 1674-1807**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1977. (Tese de doutorado).

CAVALCANTI, Clóvis. Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. 9p.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária. 1999.

EMBRAPA hortaliças investe em ações de prevenção contra a podridão branca.

Disponível em

:http://www.cnph.embrapa.br/paginas/imprensa/releases/220113_prevencao_contra_podridao_branca.html. Acesso em: 15.07.2013.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, março, 1994.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. 2000. Disponível em: <<http://www.fao.org/regional/América/proyecto/brazil/censo>>. Acesso em 28/05/2013.

_____. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UTF/BRA/036, agosto, 1996.

FUNDO Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Apresentação**. Disponível em: www.fnde.gov.br/programas/alimentação-escolar Acesso: 21.01.2014.

_____. **Alimentação Escolar**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/component/k2/itemlist/tag/PNAE%20%28Alimenta%C3%A7%C3%A3o%20Escolar%29>>. Acesso em 19/05/2013.

FORTES, Solange Sabino Palazzi. **Ouro Preto conta Ouro Preto: tradições da terra do ouro**. 1996. (Projeto “Escola em Movimento” Escola Estadual Dom Pedro II).

FURTADO, Marco Antônio Tourinho; MOURA, Paulo César Pavaneli e RÔMULO, Romério. **Diagnóstico econômico de Ouro Preto**. Julho de 1990. 187f. (datilografado).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, maio/ago. 2006, v. 22 n. 2, p. 201-210.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. P. 186-9.

IBGE. **Lavoura Temporária 2011 de Ouro Preto (MG)**. Disponível em: <<http://www.informacoesdobrasil.com.br/dados/minas-gerais/ouro-preto/lavoura-temporaria-2009/>>. Acesso em: 19.01.2014.

_____. **População dos Distritos**. Disponível em: <<http://www.ouropreto-ourtoworld.jor.br/distritos.htm>> Acesso em setembro de 2013.

_____. **População Residente por Faixa Etária e Sexo**. Disponível em: <http://www.viablog.org.br/conteudo/Indicadores_Ouro-Preto_MG.pdf>. Acesso em setembro de 2013.

_____. **Valor Interno Bruto (Valor Adicionado) - Ouro Preto/MG**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=314610&search=minas-gerais|ouro-preto>>. Acesso em ago. de 2013.

FUJACO, M. A. G., LEITE, M. P., MESSIAS, M. C. T. B. Análise multitemporal das mudanças no uso e ocupação do Parque Estadual do Itacolomi (MG) através de técnicas de

geoprocessamento. **Revista da Escola de Minas**, v. 63, n.4. Ouro Preto, out./de. 2010.

LE MOAL, Marcos Freitas. **Programa de aquisição de alimentos nos assentamentos rurais da reforma agrária, análise sob as lentes da multifuncionalidade da agricultura**. (Dissertação) Mestrado. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo. 2013. 134f.

LUTZENBERGER, José A. O absurdo da agricultura. **Estudos avançados**, v.15 n. 43. São Paulo Set./Dec. 2001.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes**. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 17(2): 78-87,2010.

MAWE, John, 1764-1829. **Viagens ao interior do Brasil**. Traduzido por Selená Benevides Viana. Belo Horizonte: Itatiaia,; São Paulo: USP, 1978. 243p. (Reconquistas do Brasil, v. 33).

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília: Embrapa, 2011. (Texto para discussão, n. 42).Disponível em: http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Texto-42_24-01-12.pdf. Acesso em: 25 de jun. 2013.

NOGUEIRA, J. A. N. **Viabilidade econômica da produção integrada de uma forma alternativa de energia (biogás) com o sistema mandalla de produção**: um estudo de caso. Lavras: UFLA, 2009. 77p. il. (Monografia Especialização em Formas Alternativas de Energia).

OLALDE, A. R. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável**. Palestra, 2011. Disponível em < <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm> >. Acesso em 28 de jun. de 2013.

PASQUIS,R.; SILVA, A. V. WEISS, J.; MACHADO, L. Reforma agrária na Amazônia: balanço e perspectivas. **Cadernos de ciência & tecnologia, Brasília**, v. 22, n. 1, p. 83-96, 2005.

PORTUGAL, Alberto Duque. **O desafio da agricultura familiar**. EMBRAPA, 2004. Disponível em: <http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>>. Acesso em 20 de julho de 2013.

PREFEITURA Municipal de Ouro Preto (MG). **Tabela de gêneros entregues as escolas municipais**. Ouro Preto: Secretaria Municipal, 2013. (Digitado).

PROGRAMA Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Como funciona?** Disponível em: www.mda.gov.br/portal/saf/programs/pronaf. Acesso: 22.01.2014.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

----- **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAINT-HILAIRE, A. De. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil.** Tradução de Leonam de Azeredo Penna. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2004. Original Francês: *Voyage dans le District des Diamans et sur le Litoral du Brésil – 2. Vols. Paris, 1833.*

SILVA, E. LUCIA; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, S. P. **Políticas públicas e agricultura familiar:** uma abordagem territorial do PRONAF no Médio Jequitinhonha. Viçosa: UFV, 2008. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Viçosa, 2008.

SOBRAL, Francine; COSTA, Vera Mariza H. de Miranda. **Programa Nacional de alimentação escolar:** sistematização e importância. Revista Alimentação e Nutrição. Araraquara, SP, v.19, n.1, p. 73-81, jan./mar. 2008.

TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO FILHO, E. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais.** In: XXVI ENEGEP - Fortaleza, CE, Brasil, 9 a 11 de outubro de 2006.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. Projeção internacional da economia mineira colonial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.** Belo Horizonte, v. XIV, 1969-1970. P. 295-300.

TÔSTO, Sérgio Gomes; MANGABEIRA, João A.; PEREIRA, Lauro Charlet. **Valorando a natureza:** economia ambiental ou economia ecológica? Disponível em: www.ecodebate.com.br/2011/11/16. Acesso em: 01 de out. De 2013.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sérgio. **Alimentação escolar e agricultura familiar:** reconectando o consumo à produção. Saude & Sociedade, São Paulo, v.19, n.4. Oct./Dec. 2010.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo : Atlas, 1994.

TURPIN, M. E. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional,** Campinas, v. 16, n. 2, p. 20-42, jul. 2009. Disponível em:

http://www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/volume_16_2_2009/2_Marina_MariaElenaTurpin%5B20-42%5D.pdf. Acesso em: abril de 2013.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2003. 304p.

_____. **Desenvolvimento rural: o que é rural? O que é urbano? Rumos.** Novembro-Dezembro/ 2003, p.4-8.

_____. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 2. Ed. 220p.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração.** São Paulo: Atlas, 2003.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Revista Raízes,** Campina Grande, v. 23, n. 1/2, p. 82-98, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXOS

Questionário I - Questionário usado na pesquisa de campo

Data: Questionário n.

Nome do proprietário: Idade: Escolaridade:

Esposa: Idade: Escolaridade:

Número de filhos: Número de filhos que trabalham juntos?

- Idade: Escolaridade:

- Idade: Escolaridade:

A quanto tempo trabalha na agricultura?

Motivação para ingresso na atividade. Falta de outra ocupação: Tradição familiar:

Tamanho da propriedade:

O que planta?

Incentiva os filhos a permanecer na agricultura?

Tem empregados fixos? Quantos?

Contrata empregados temporariamente?

Recebe apoio institucional?

Emater:

Banco do Brasil:

Onde vende a produção?

Escolas?

Feiras?

Consumo próprio:

Sistema de trabalho?

É filiado a Associações ou Cooperativas? Quais?

Onde está a maior dificuldade, na produção ou na comercialização? Porque?

Questionário II - Produtores que fornecem alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Data: ___/___/___ Distrito/Comunidade rural: _____

N.questionário: _____

Proprietário(a): _____

Cônjuge: _____

Data nascimento:/ / Local de Nascimento: _____

Profissão _____ Outra, além de agricultor? _____

Tempo que reside no campo: _____ Número total de filhos: _____

Há quanto tempo fornece alimento para o PNAE _____

Por que iniciou a venda para o PNAE (como ficou sabendo da existência do programa)? _____

Como você classificaria o programa? () ruim () bom () muito bom

Por que? _____

Qual a área plantada? _____ Continua a mesma? _____

Área total da propriedade: _____ hectares _____ alqueires _____

Situação do agricultor: Proprietário () Arrendatário () Outros _____

O que planta? _____

O que fornece para o programa? _____

Pretende aumentar a produção? Sim () Não ()

Pretende diversificar a produção? Sim () Não () Se sim, o que pretende passar a produzir? _____

Utiliza o crédito agrícola?

Pronaf: _____ Tipo: _____

Nas lavouras, quais os tipos de adubo são usados? () químico () Orgânico.

Porque? _____

Origem das sementes: _____ Quais: _____

Máquinas e Equipamentos? () Sim () Não. Se sim, qual e de quem _____

O programa trouxe benefícios para sua família? Sim () Não ()

Quais? _____

Possui fonte de renda além do PNAE? Sim () Não ()

Há aposentados em casa? () Sim () Não. Quantos _____

Os filhos ajudam na produção familiar voltada ao PNAE?

() Sim () Não. O que fazem? _____

Os filhos pretendem continuar no meio rural? () Sim () Não.

Por quê _____

Qual a maior preocupação que você tem para com o futuro de seus filhos?

() Que eles dêem continuidade a seu trabalho na propriedade.

() Que eles estudem para sair da propriedade e investir em uma nova profissão.

() Que eles estudem e retornem à propriedade com o intuito de melhorá-la com novastécnicas.

() Não se preocupa.

1) Filhos: _____

2) Filhas: _____

Como realiza a entrega de produtos para o PNAE? _____

As coisas mudaram nos últimos anos? _____

Está melhor ou pior para trabalhar? _____

E a mão-de-obra rural? _____

O programa pode melhorar? Sim () Não () Se sim, como? _____

Qual a maior dificuldade para atender os pedidos? _____

Na sua opinião o que é necessário para que outros produtores participem do PNAE? _____

Questionário II - Produtores que fornecem alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Data: 08/04/13 Distrito/Comunidade rural: Amarantina

N.questionário: 01_____

Proprietário(a): **Estabelecimento I** _____

Cônjuge: Sim _____

Data nascimento:/ / Local de Nascimento:_____

Profissão: agricultor_____ Outra, além de agricultor? Não_____

Tempo que reside no campo: Nasceu lá__ Número total de filhos: 02

Há quanto tempo fornece alimento para o PNAE forneceu mais parou_____
 Por que iniciou a venda para o PNAE (como ficou sabendo da existência do programa)?
 Convite EMATER_____

Como você classificaria o programa? () ruim (X) bom () muito bom

Por que? _____

Qual a área plantada? 02 hectares +-_____ Continua a mesma? Sim, a mãe dividiu para todos os filhos e somente ele é produtor_____

Área total da propriedade: 03 hectares _____ alqueires_____

Situação do agricultor: Proprietário(X) Arrendatário () Outros _____

O que planta? cebolinha, salsa, brócolis, alface, couve, alface) mandioca, moranga, etc.

O que fornece para o programa? Não fornece mais _____

Pretende aumentar a produção? Sim () Não (X)

Pretende diversificar a produção? Sim (X) Não () Se sim, o que pretende passar a produzir? _____

Utiliza o crédito agrícola?

Pronaf: Sim Tipo:_____

Nas lavouras, quais os tipos de adubo são usados?() químico () Orgânico.

Porque? _____

Origem das sementes: Comprada Quais: _____

Máquinas e Equipamentos? (X) Sim () Não. Se sim, qual e de quem Inventou um plantadeira de mudas de alface e um tratorzinho movido à diesel. _____

O programa trouxe benefícios para sua família? Sim (X) Não ()

Quais? Avaliou que vender na feira e sacolões da região é melhor no caso dele.

Possui fonte de renda além do PNAE? Sim () Não (X)

Há aposentados em casa? () Sim (X) Não. Quantos _____

Os filhos ajudam na produção familiar voltada ao PNAE?

(X) Sim () Não. O que fazem? Somente depois que chega da escola.

Os filhos pretendem continuar no meio rural? () Sim (X) Não.

Por quê É muito trabalho_

Qual a maior preocupação que você tem para com o futuro de seus filhos?

() Que eles dêem continuidade a seu trabalho na propriedade.

(X) Que eles estudem para sair da propriedade e investir em uma nova profissão.

() Que eles estudem e retornem à propriedade com o intuito de melhorá-la com novastécnicas.

() Não se preocupa.

1) Filhos: _____

2) Filhas: _____

Como realiza a entrega de produtos para o PNAE? _____

As coisas mudaram nos últimos anos? Não _____

Está melhor ou pior para trabalhar? Mais difícil, por falta de mão de obra e custo alto.

E a mão-de-obra rural? Não tem _____

O programa pode melhorar? Sim (X) Não () Se sim,

como? _____

Qual a maior dificuldade para atender os pedidos? A data de entrega dos produtos nem sempre coincide com o período em que a produção está no ponto.

Na sua opinião o que é necessário para que outros produtores participem do PNAE? Não se manifestou. _____

Questionário II - Produtores que fornecem alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Data: 09/07//13 - Distrito/Comunidade rural: Propriedade em Ponte Queimada – Distrito de Engenheiro Correia

N.questionário: 05 _____

Proprietário(a): **Estabelecimento II** _____

Cônjuge: Sim _____

Data nascimento:/ / Local de Nascimento: Belo Horizonte _____

Profissão _____ Outra, além de agricultor? Mecânico _____

Tempo que reside no campo: 11 anos ____ Número total de filhos: 01 (de dois anos) ____

Há quanto tempo fornece alimento para o PNAE 02 anos _____

Por que iniciou a venda para o PNAE (como ficou sabendo da existência do programa)? EMATER (convite) _____

Como você classificaria o programa? () ruim () bom (X) muito bom

Por que? _____

Qual a área plantada? _____ Continua a mesma? _____

Área total da propriedade: _____ hectares 25 _____ alqueires _____

Situação do agricultor: Proprietário(X) Arrendatário () Outros _____

O que planta? Inhame, abóbora moranga e beterraba. Plantam em uma área de cinco hectares e a propriedade tem vinte e cinco hectares, dos quais quinze são agriculturáveis.

O que fornece para o programa? Todos esses gêneros _____

Pretende aumentar a produção? Sim (X) Não ()

Pretende diversificar a produção? Sim () Não () Se sim, o que pretende passar a produzir? repolho, abobrinha italiana e conoura vermelha. _____

Utiliza o crédito agrícola?

Pronaf: plantar eucalípto e horta.

Tipo: _____

Nas lavouras, quais os tipos de adubo são usados?() químico (X) Orgânico.

Porque? _____

Origem das sementes: compradas ____ Quais: _____

Máquinas e Equipamentos? (X) Sim () Não. Se sim, qual e de quem: Próprio, Tobota – micro trator à óleo diesel. _____

O programa trouxe benefícios para sua família? Sim (X) Não ()

Quais? _____

Possui fonte de renda além do PNAE? Sim () Não ()

Há aposentados em casa? (X) Sim () Não. Quantos _____

Os filhos ajudam na produção familiar voltada ao PNAE?

(X) Sim () Não. O que fazem? _____

Os filhos pretendem continuar no meio rural? () Sim () Não.

Por quê _____

Qual a maior preocupação que você tem para com o futuro de seus filhos?

(X) Que eles dêem continuidade a seu trabalho na propriedade.

() Que eles estudem para sair da propriedade e investir em uma nova profissão.

() Que eles estudem e retornem à propriedade com o intuito de melhorá-la com novastécnicas.

() Não se preocupa.

1) Filhos: _____

2) Filhas: _____

Como realiza a entrega de produtos para o PNAE? De 15 em 15 dias. Carro para as Escolas Estaduais e Kombi para as Escolas Municipais.

As coisas mudaram nos últimos anos? Melhorou _____

Está melhor ou pior para trabalhar? Dá mais ânimo _____

E a mão-de-obra rural? Na região não é cara _____

O programa pode melhorar? Sim (X) Não () Se sim,

como? Centralizar a entrega _____

Qual a maior dificuldade para atender os pedidos? _____

Na sua opinião o que é necessário para que outros produtores participem do PNAE? Não tem vizinho próximos, não soube responder. _____

Questionário II - Produtores que fornecem alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Data: 09/07/14 Distrito/Comunidade rural: Dr. Rocha – Distrito de Glaura

N.questionário: 04_____

Proprietário(a): **Estabelecimento III**_____

Cônjuge: Sim_____

Data nascimento:/ / Local de Nascimento: Glaura_____

Profissão _____ Outra, além de agricultor? Era músico, viveu 04 anos em São Paulo

Tempo que reside no campo: nasceu__ Número total de filhos:03 de dois matrimônios

Há quanto tempo fornece alimento para o PNAE: 02 anos_____

Por que iniciou a venda para o PNAE (como ficou sabendo da existência do programa)? _____

Como você classificaria o programa? () ruim () bom (X) muito bom

Por que? Antes perdia muita mercadoria, começou plantando inhame, mas não conseguia vender.

Qual a área plantada? 03 hectares_____ Continua a mesma?_____

Área total da propriedade: 12 hectares _____ alqueires_____

Situação do agricultor: Proprietário(X) Arrendatário () Outros _____

O que planta? Mexerica e laranja, para consumo_____

O que fornece para o programa? Inhame, cebolinha, salsa, alface e couve.____

Pretende aumentar a produção? Sim (X) Não ()

Pretende diversificar a produção? Sim () Não () Se sim, o que pretende passar a produzir? _____

Utiliza o crédito agrícola?

Pronaf: já teve_____ Tipo: Não quer mais_____

Nas lavouras, quais os tipos de adubo são usados?() químico () Orgânico.

Porque? _____

Origem das sementes: comprada__ Quais: _____

Máquinas e Equipamentos? () Sim (X) Não. Se sim, qual e de quem_____

O programa trouxe benefícios para sua família? Sim (X) Não ()

Quais? Conseguiu comprar carro _____

Possui fonte de renda além do PNAE? Sim (X) Não ()

Há aposentados em casa? (X) Sim () Não. Quantos _____

Os filhos ajudam na produção familiar voltada ao PNAE?
(X) Sim () Não. O que fazem? Auxíliam pois tem problema de saúde.

Os filhos pretendem continuar no meio rural? () Sim (X) Não.
Por quê Sozinho o filho não consegue _____

Qual a maior preocupação que você tem para com o futuro de seus filhos?

- () Que eles dêem continuidade a seu trabalho na propriedade.
- () Que eles estudem para sair da propriedade e investir em uma nova profissão.
- () Que eles estudem e retornem à propriedade com o intuito de melhorá-la com novas técnicas.
- () Não se preocupa.

1) Filhos: _____

2) Filhas: _____

Como realiza a entrega de produtos para o PNAE? Tem carro, mas tem dificuldade de estacionamento. Estaciona perto da Escola Estadual Dom Velloso e sobe de ônibus para a Bauxita

As coisas mudaram nos últimos anos? Melhoraram _____

Está melhor ou pior para trabalhar? Igual _____

E a mão-de-obra rural? Não utiliza _____

O programa pode melhorar? Sim (X) Não () Se sim, como? _____

Qual a maior dificuldade para atender os pedidos? No caso das Escolas Estaduais, ter que ir em cada uma delas.

Na sua opinião o que é necessário para que outros produtores participem do PNAE? Maior divulgação do programa.

Questionário III - Diretores das escolas que compram do Agricultor Familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

Data: ___/___/___

N.questionário: _____

Nome Diretor(a): _____

Nome da Escola: _____

Número de alunos atendidos pelo PNAE: _____

Educação infantil: _____ Ensino fundamental: _____ Ensino Médio: _____

Há quanto tempo recebe gêneros da Agricultura Familiar: _____

Qual a quantidade de gêneros e onde são entregues? _____

Responsável pela elaboração do cardápio: _____

Responsável pela preparação dos alimentos: Merendeiro: _____

Auxiliar de serviços gerais: _____

Frequência com que o cardápio é servido: _____

Quantidade de refeições servidas: _____

Cardápio preferido pelos alunos: _____

Gêneros alimentícios recebidos do agricultor familiar: _____

Que outros gêneros poderiam ser incluídos: _____

Como você classificaria o programa? () muito bom () bom () ruim

Justifique _____

O programa pode melhorar? Sim () Não ()

Se sim, como? _____

Pretende fomentar hábitos alimentares saudáveis, que permitam aos alunos maior consumo de legumes, verduras e frutas: _____

A compra do Agricultor Familiar beneficiou os alunos? Sim () Não ()

Como? _____

Há atraso na entrega dos pedidos? _____

Na sua opinião o que é necessário para que outros produtores participem do PNAE? _____

